UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

WALDIMIRA DO NASCIMENTO DA TRINDADE

EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO DE ÁGUA GRANDE EM SÃO TOMÉ

Redenção-CE, 2025

WALDIMIRA DO NASCIMENTO DA TRINDADE

EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO DE ÁGUA GRANDE EM SÃO TOMÉ

Monografia apresentada ao Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Cinthia Fonseca Lopes

Redenção-CE, 2025

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Trindade, Waldimira do Nascimento da.

T833e

Expressões da questão social nas escolas públicas do distrito de Água Grande em São Tomé / Waldimira do Nascimento da Trindade. - Redenção, 2025.
66f: il.

Monografia - Curso de Serviço Social, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Cinthia Fonseca Lopes.

1. São Tomé e Príncipe. 2. Questão social. 3. Educação. 4. Serviço social. I. Título

CE/UF/BSCA CDD 966.99

WALDIMIRA DO NASCIMENTO DA TRINDADE

EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO DE ÁGUA GRANDE EM SÃO TOMÉ

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

Aprovado em:26/11/2025

Nota:10,00

BANCA EXAMINADORA:

Profa.Dra. Cinthia Fonseca Lopes (orientadora)
Universidade da Integração internacional da lusofonia afro-brasileira-UNILAB

Prof.Dr. Pedro Rosas Magrini
Universidade da Integração internacional da lusofonia afro-brasileira-UNILAB

Profa.Dra. Greyssy Kelly Araújo de Souza
Universidade da Integração internacional da lusofonia afro-brasileira-UNILAB

Redenção-CE, 2025

Dedico este trabalho a Deus, minha fortaleza, à minha Mãe e aos meus irmãos, meu alicerce. E a todos os estudantes do Distrito de Água Grande, por quem se justifica o propósito desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente e acima de tudo, a Deus por ter me concedido a oportunidade de chegar até aqui com vida e saúde. Ele foi e continuará sendo o meu mantenedor nesta jornada da vida.

Meu reconhecimento à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), pela oportunidade e por ter me proporcionado a formação e o ambiente académico essenciais. Agradeço também ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ISCA), a Coordenação do curso de Serviço Social e ao corpo docente por todo apoio e aprendizado que me foi proporcionado ao longo deste processo.

Deixo o meu agradecimento à Professora Cinthia Fonseca Lopes pela orientação e pelas diretrizes essenciais ao desenvolvimento da pesquisa. Agradeço por ter confiado neste trabalho e por ter permitido a liberdade necessária para a sua finalização.

À minha mãe e aos meus irmãos, a quem devo o maior e mais profundo agradecimento. Por investirem na minha educação mesmo com os desafios e as dificuldades, por fazerem o possível pra me colocar na escola e por acreditarem, sempre, no meu potencial. O vosso incentivo foi fundamental em cada fase deste processo.

Deixo um agradecimento especial a minha amiga e companheira de jornada, com quem divido o lar e que compartilha esta experiência no Brasil desde o dia em que fomos acolhidas. Seu apoio e sua força foram essenciais para que eu mantivesse a motivação e a resiliência necessárias para finalizar esta monografia.

Sou grata à minha rede de apoio no Brasil, incluindo meu irmão e primos que se encontram na Unilab. Sua ajuda se estendeu para além do pessoal, com valiosas contribuições, incentivo académico e suporte durante o processo de pesquisa.

Agradeço àqueles que, com suas palavras de motivação, surgiram no momento certo para impulsionar a minha confiança e resiliência durante o percurso final desta pesquisa.

Estendo meus agradecimentos a todos os participantes da pesquisa em São Tomé e Príncipe que, com sua generosidade e tempo dedicados, forneceram informações valiosas e essenciais para o desenvolvimento e enriquecimento desta monografia.

Por fim, manifesto minha profunda gratidão à Banca Examinadora. É uma honra contar com o valioso conhecimento da professora Greyssy Araújo e do professor Pedro Magrini, cuja participação e olhar crítico são fundamentais para o enriquecimento e a validação final deste trabalho.

A todos aqueles que me ajudaram, direta ou indiretamente, o meu muito obrigado.

Somos a mestiçagem de um Deus que quis mostrar ao universo a nossa cor tisnada resistimos à voragem do tempo aos apelos do nada. Continuaremos a plantar café e cacau e a comer por gosto fruta-pão filhos do sol e do mato arrancados a dor da escravidão.

Olinda Beja

RESUMO

O presente estudo tem como propósito central analisar as diferentes formas pelas quais a questão social compreendida como complexo de desigualdades e vulnerabilidades decorrentes do modo de produção capitalista e acentuadas pelo legado colonial se manifesta no ambiente escolar em São Tomé. O estudo se concentra nas escolas públicas do distrito de Água Grande sendo a área mais urbanizada e de maior concentração populacional do país, onde as contradições sociais e as carências estruturais se expressam com mais intensidade no quotidiano educativo. O objetivo geral é analisar a manifestação das expressões da questão social no ambiente escolar, no distrito de Água Grande São-Tomé, refletindo sobre como essas expressões podem fundamentar a demanda por um campo de atuação para o serviço social. A pesquisa é de natureza qualitativa e exploratória e articula procedimentos bibliográfico, documental e pesquisa de campo. O levantamento consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas com seis professores de quatro escolas públicas da região.
A análise se estrutura em alguns eixos como: a formação sócio-histórica de STP; as manifestações da questão social no contexto são-tomense e as respostas estatais; a política da Educação e a manifestação empírica da questão social nas escolas. Os resultados indicam que o ambiente escolar é um espelho de contradições socioeconômicas evidenciando barreiras estruturais, precariedade e dificuldades que afetam diretamente o direito à educação, a permanência e aprendizagem dos estudantes. Conclui-se que a compreensão aprofundada dessas expressões é fundamental para subsidiar o debate sobre a inserção estratégica dos assistentes sociais no espaço escolar em STP.

Palavras-chave: São Tomé e Príncipe; Questão Social; Educação, Serviço Social.

ABSTRACT

This study aims to analyze the different ways in which the social question—understood as a complex set of inequalities and vulnerabilities arising from the capitalist mode of production and intensified by the colonial legacy—manifests itself within the school environment in São Tomé. The research focuses on public schools in the Água Grande district, the most urbanized and densely populated area of the country, where social contradictions and structural deficiencies are most strongly expressed in daily educational dynamics. The general objective is to examine how the expressions of the social question emerge in the school context in Água Grande, São Tomé, and to reflect on how these expressions may justify the need for a field of professional practice for social work. The study is qualitative and exploratory in nature, employing bibliographic and documentary procedures, as well as field research. Data collection consisted of conducting semi-structured interviews with six teachers from four public schools in the region. The analysis is organized around key axes: the socio-historical formation of São Tomé and Príncipe; manifestations of the social question in the São Tomé context and the state responses; the education policy; and the empirical expression of the social question within schools. The findings indicate that the school environment reflects the country's socioeconomic contradictions, revealing structural barriers, precarious conditions,

and challenges that directly affect students' right to education, school attendance, and learning. The study concludes that a deeper understanding of these expressions is essential to support the debate on the strategic role and insertion of social workers in the school setting in São Tomé and Príncipe.

Keywords: São Tomé and Príncipe; Social Question; Education; Social Work.

[1]Rizumu

Xtudu se tê funson di fe analizi di yô di modu ku kexton sosial tende mo konplesu di dizigualdadji i vulnerabilidadji ku ka bi plô mê di ploduson kapitalixta i asentuadu plô legadu kolonial ka manifexta ni ambientxi di xkola ni Santome. Xtudu se ka konsentla ni inen xkola publika di Dixtlitu de Awa Nglandji mo xitu maxi urbanizadu i di maxi konsentlason di populason di tela, andji inen kontladison sosial i inen fata xtlutural ka xpresa ku maxi tugu ni dja-dja di idukason. Objetivu geral sa di analiza manifextason di xpleson di kexton sosial ni ambientxi di xkola ni Dixtlitu de Awa Nglandji Santome, ku refleson di modu mo xpleson ka pô fundamenta demanda plô mê di ua kampu di atuason pa servisu sosial. Pixkiza sa di natureza kualitativu, di xplorason i ka artikula inen plosedimentu bibliografiku, dukumental, i pixkiza di kampu. Levantamentu konsisti ni realizason di intlevista ku sexi plufêsôlu di kwatlu xkola publiku di rejion. Analizi sa ku bazi ni mina exu mo: formason sosio-historiku di STP; inen manifextason di kexton sosial ni kontextu santome i lexpoxta di xtadu; politika di idukason i manifextason impiriku di kexton sosial ni xkola. Inen rizultadu ka musa kuma ambientxi di xkola sa ua supê di kontladison sosioekonomiku, ku ka musa flonta ni xtlutula, fasu i matxi ku ka afeta dlêtu di idukason, permanensia i xinadu di inen xtudantxi. A ka xiga ni konkluzon kuma tende ni fundu di inen xpleson se sa fina pa zuda ni debatxi di inserson xtratejiku di inen asistentxi sosial ni xpasu di xkola ni STP.

Palavla-sabi: Santome ku Plinxipi; Kexton Sosial; Idukason; Servisu Sosial.

[1] Crioulo forro, uma das línguas maternas de São Tomé e Príncipe e é a segunda língua mais falada no país.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Distribuição da população de Água-Grande por localidade

LISTA DE TABELAS

Quadro 1: Superfície dos distritos, localidades e divisão administrativa (STP)
Quadro 2: Programas de Estratégia Nacional e Proteção Social em STP
Quadro 3: Caraterização Educacional do distrito de Água-Grande
Quadro 4: Caraterização das escolas pesquisadas

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

STP: São Tomé e Príncipe
PALOP: Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa
CLSTP: Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe
MLSTP: Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
RAP: Região Autónoma do Príncipe
DAF: Direção Administrativa e Financeira
CNCS: Conselho Nacional de Concertação Social
IOF: Inquérito de Orçamentos Familiares
CACVD: Centro de Aconselhamento contra a Violência Doméstica
INSS: Instituto Nacional de Segurança Social
PFV: Programa Família Vulnerável
TSC: Transferências Sociais Condicionadas
PPSRR: Projeto de Proteção Social Resiliência e Recuperação
ACPE: Programa de Apoio à Criação do próprio Emprego
PEP: Programa de Educação Parental
MICS: Inquérito de Indicadores Múltiplos
PNDS: Plano Nacional de Desenvolvimento da Saúde
ONG: Organização não governamental
MEAS: Ministério da Educação e Assuntos Sociais
DPSSF: Direção de Proteção Social, Solidariedade e Família
MEES: Ministério de Educação e Ensino Superior
PNASE: Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar
PDS: Plano de Desenvolvimento Sustentável
ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU: Organização das Nações Unidas
CFESS-CRESS: Conselho Federal e Conselho Regional do Serviço Social
UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância
TIC: Tecnologia da Informação e Comunicação
REMIS: Programa de Rendimentos Mínimo de Isenção Social
USTP: Universidade Pública de São Tomé e Príncipe
ISP: Instituto Superior Politécnico
ICSVSM: Instituto Superior Vítor Sá Machado
ISEC: Instituto Superior da Educação e das Ciências
IUCAI: Instituto Universitário de Contabilidade e de Gestão da Informação
INE: Instituto Nacional de Estatística
PPP: Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

	PAG
INTRODUÇÃO	**14**
CAPÍTULO 01 - Raízes Coloniais da Formação Sócio-histórica De São Tomé e Príncipe e Seus Impactos na Contemporaneidade.....	**19**
1.1-Colonialismo e formação Sócio-histórica STP.....	**19**
1.2-Democratização em STP e o cenário contemporâneo.....	**24**
CAPÍTULO 02 As Expressões da Questão Social em São Tomé e Príncipe na Contemporaneidade e as Respostas do Estado.....	**31**
2.1 Expressões da Questão Social mais incidentes em São Tomé e Principe	**31**
2.2- Respostas do Estado no enfrentamento da questão social	**34**
CAPÍTULO III - Política de Educação em São Tomé e as Expressões da Desigualdade.....	**41**
3.1 Contextualização da área de estudo: Distrito de Água-Grande.....	**42**
3.2 Fundamentos para pensar a Política de Educação em São Tomé.....	**45**
3.3- Expressões da questão social nas escolas.....	**55**
CONCLUSÃO.....	**60**
BIBLIOGRAFIA	**62**
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista.....	**65**

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea é estruturada por um conjunto de disparidades e antagonismos que a literatura do serviço social consolida sob o conceito de questão social. Esta não se resume a pobreza, mas engloba o complexo de desigualdades vulnerabilidade e conflitos que emergem do modo de produção capitalista e da distribuição desigual de riqueza socialmente produzida (Iamamoto 2001; Netto 2001)

A manifestação da questão social adquire formas particulares em cada contexto socioeconômico, sendo indissociável da formação do Estado e das políticas públicas implementadas. No contexto dos países de passado colonial como São Tomé e Príncipe essas expressões são ainda mais agudas, carregando marcas de séculos de exploração e de estruturas sociais herdadas.

São Tomé e Príncipe constitui um pequeno arquipélago situado no golfo da Guiné na costa ocidental da África. O país é composto por duas ilhas principais, a ilha de São Tomé (864 km²) e a ilha do Príncipe (134 km²), além de vários Ilhéus, totalizando uma área de aproximadamente 1001 km². Com uma população estimada em cerca de 240.254 habitantes, esse território insular possui uma história marcada pela colonização portuguesa iniciada no século XV e alcançou a sua independência formal no ano de 1975.

A transição para a Independência no ano de 1975, trouxe consigo o desafio de construir um Estado-Nação sobre as bases de um sistema que historicamente promoveu a desigualdade e a exploração. O legado colonial perpetua-se nas atuais estruturas sociais, econômicas, e políticas, refletindo em persistentes desafios nos campos da saúde, trabalho, e principalmente na educação. O ambiente escolar, longe de ser um espaço neutro, funciona como catalisador e um espelho dessas tensões e contradições sociais. É nas escolas que as dificuldades do cotidiano das famílias como a insegurança alimentar, a violência doméstica, a vulnerabilidade e o desemprego se materializam, afetando aprendizagem, a frequência e as condições de permanência dos estudantes.

É nesse cenário de desigualdades estruturais, heranças coloniais e desafios institucionais que se insere o presente estudo intitulado: Expressões da questão social nas escolas públicas do distrito de Água grande em São Tomé. O trabalho propõe-se a analisar as manifestações da questão social no cotidiano escolar do distrito de Água grande, servindo esta análise como alicerce para reflexão sobre a importância da intervenção profissional do assistente social no sistema educativo São-Tomense. A relevância desta pesquisa se estabelece em dimensões, tanto social e acadêmica, quanto profissional. No plano social, a

pesquisa oferece um olhar urgente e necessário sobre a realidade educativa de STP. O acesso à educação é um direito social fundamental e um poderoso motor de desenvolvimento, mas as barreiras socioeconômicas impostas pela questão social comprometem a efetivação desse direito.

A escolha do distrito de água grande, como campo de estudo, justifica-se por se tratar do distrito mais urbano e também o menor em extensão territorial. Apesar do distrito de Mé-Zochi concentrar o maior número de escolas públicas, Água Grande detém a segunda maior concentração de escolas, focando na capital e na área com maior densidade populacional. É um espaço que por essa intensa urbanização e concentração, expressa com maior visibilidade às contradições sociais e as desigualdades, o que torna um campo fértil para observar de que forma a questão social se manifesta dentro das instituições escolares. Nesse contexto, compreender as expressões da questão social nas escolas públicas do distrito de Água Grande, significa também compreender como as condições sociais e econômicas da população empatam diretamente no processo educativo e na vida dos estudantes.

Academicamente a monografia assume o compromisso de contribuir para a superação da escassez de produção científica sobre a realidade São-Tomense, sobretudo aquela que articula a formação sócio-histórica do país com as dinâmicas contemporâneas das políticas sociais e da Educação. É crucial notar que devido à dificuldade de acesso a dados e publicações locais, a pesquisa frequentemente se apoia em um número limitado de referências basilares. Nesse sentido, a obra de autores como Gerhard Seibert, reconhecido pela sua profundidade nos estudos sobre a formação social, colonialismo, e a estrutura social são-tomense, emerge como uma das referências utilizadas com maior frequência. Esta pesquisa se insere, portanto, como um esforço para fortalecer a base de conhecimento sobre STP, fornecendo dados e análises que podem subsidiar novos estudos. No âmbito profissional, embora a atuação do assistente social não seja o foco primário, o estudo justifica por sua potencialidade em pavimentar caminhos futuros para o serviço social no país, uma vez que a profissão ainda não possui um reconhecimento ou implementação formal amplamente estabelecida.

Diante dos pressupostos, e considerando o legado histórico colonial do país e a concentração de desigualdades nas escolas, o presente estudo busca responder a seguinte questão: de que maneira as expressões da questão social se manifestam no cotidiano das escolas públicas do distrito de Água grande em São Tomé e como a sua compreensão pode fundamentar a reflexão sobre os possíveis espaços de intervenção para o assistente social no contexto educacional São-tomense?

Nesse sentido, o objetivo geral deste estudo é: analisar a manifestação das expressões da questão social no ambiente escolar, no distrito de Água Grande São-Tomé, refletindo sobre como essas expressões podem fundamentar a demanda por um campo de atuação para o serviço social. Para alcançar o objetivo geral, o estudo propõe os seguintes objetivos específicos: explorar o contexto sócio-histórico São-Tomense, identificando a herança colonial e as políticas governamentais como fatores que moldam a Questão Social; verificar como as expressões da questão social se manifestam no cotidiano dos alunos, e nas condições estruturais das escolas públicas de Água Grande; e propor uma reflexão sobre a inserção estratégica e os espaços de intervenção do assistente social no sistema educacional de STP.

A metodologia adotada é de natureza qualitativa e de caráter exploratório combinando pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica é fundamentada em autores como, Seibert, Nascimento Césaire, Domingos, para o debate sobre o colonialismo e a formação sócio-histórica; Iamamoto, Behring & Boschetti, Yazbek, Pastorini para a conceituação da questão social; Mészaros e Saviani para a análise crítica de educação e da sua relação com o capital. A Análise documental com foco em documentos oficiais do Estado de STP, incluindo a Lei n° 4/2018- Lei de Bases do Sistema Educativo, o Decreto-Lei 1/2019 sobre a organização do Governo, relatórios do INE, e publicações de organismos Multilaterais como Banco Mundial, e a UNICEF que influenciam a política educacional. Por fim a pesquisa de campo no distrito de Água-Grande. Para a pesquisa de campo, o instrumento de coleta de dados utilizado foi um roteiro de entrevista semiestruturada, elaborado especificamente para esta pesquisa focado na realidade educacional de STP, particularmente no distrito de Água-Grande. As questões completas podem ser consultadas no apêndice A. O roteiro foi estruturado em um total de seis blocos temáticos, esses blocos incluíram: Organização da escola; Projeto Pedagógico e práticas educativas, Estrutura e condições da escola; Apoios e serviços oferecidos; Situações de vulnerabilidade e violência e por fim as dificuldades e respostas da escola. As entrevistas foram conduzidas remotamente via WhatsApp e Messenger (Facebook), utilizadas por serem de maior acessibilidade, dada as limitações de conexão e tiveram uma duração média de 30 minutos.

Inicialmente o levantamento empírico previa a realização de entrevistas semiestruturadas com oito professores de sete escolas públicas do distrito de Água Grande. No entanto, o processo foi marcado por significativas adversidades logísticas e infra estruturais, inerentes ao contexto são-tomense como a instabilidade na rede de internet e as interrupções frequentes no fornecimento de energia elétrica, que resultaram na desistência de

alguns participantes. Desse modo a pesquisa de campo foi concretizada por meio de entrevistas com seis docentes (quatro professores e duas professoras) atuantes em quatro instituições de ensino, sendo três do ensino básico e uma do ensino secundário. Embora constem nos registros da pesquisa dados individuais dos participantes, os mesmos solicitaram que esses dados não fossem divulgados a fim de preservar plenamente a sua identidade. Por esse motivo, não há um espaço dedicado a apresentação detalhada de cada participante. Reconhece-se que a delimitação do universo amostral e as limitações de acesso, podem implicar carências pontuais nos dados levantados, mas o cruzamento das informações de campo com o robusto material bibliográfico e documental, foram essenciais para garantir a solidez e a validade da análise.

Com o propósito de assegurar o cumprimento dos princípios éticos previstos nas pesquisas envolvendo seres humanos, todos os docentes participantes foram identificados por meio de "pseudônimos", baseados em elementos culturais, gastronômicos e naturais de STP, escolhidos pela sua relevância histórica e simbólica. Assim foram atribuídos aos entrevistados os seguintes pseudônimos: Professor Tchiloli; Professor Auto de Floripes; Professor Calúlú; Professora Molho no fogo; Professora Floli Canidu; Professor Selu sun Zon Maia.

O desenvolvimento desta monografia seguirá uma estrutura lógica e articulada, construída em três capítulos principais para garantir uma análise profunda do contexto histórico, teórico e empírico. No primeiro capítulo será apresentado o contexto histórico e social de STP, este capítulo visa situar o leitor quanto à realidade do país, abordando as raízes coloniais e os impactos desse processo na formação sócio-histórica e na estrutura atual do Estado São-Tomense. O segundo capítulo aprofundar-se-á na questão social. Este capítulo trará a conceituação teórica do tema e a maneira como ela se manifesta no contexto de STP, examinando as principais expressões e as respostas do Estado por meio de políticas sociais implementadas. O terceiro e último capítulo será dedicado à política de educação, como um direito social e em seguida a forma como esse direito se concretiza em STP, detalhando as características e os desafios do sistema educacional local. Neste capítulo, a análise se concentra também na realidade empírica, onde serão apresentados e discutidos os resultados obtidos na pesquisa de campo nas escolas públicas do distrito de Água Grande. Serão analisadas as expressões da questão social manifestadas no cotidiano escolar, e por fim será estabelecida a reflexão conclusiva sobre os espaços para pensar a atuação do assistente social no enfrentamento dessas problemáticas.

Esta pesquisa busca dar visibilidade às manifestações da Questão Social nas escolas de Água Grande, contribuindo para o debate sobre o direito à educação em STP. Ao cumprir

este propósito, a monografia oferece subsídios concretos para a reflexão sobre a importância e a futura inserção do Serviço Social como agente de transformação social no campo educativo são-tomense.

A realização desta pesquisa representou não apenas o cumprimento de uma exigência acadêmica, mais, sobretudo um profundo compromisso com a realidade social de STP e com os princípios éticos políticos do serviço social. Foi um processo de aprendizado e reflexão sobre a forma como as estruturas de desigualdades materializam no cotidiano escolar e sobre o potencial de transformação contido na intervenção profissional crítica. Esperamos, com este trabalho, não apenas contribuir para a escassa literatura sobre a realidade são-tomense, mas também incitar a uma leitura atenta e reflexiva convidando o leitor a juntar-se nesta jornada de análise e de proposição de caminhos para a construção de uma educação mais justa e equitativa em Água Grande, São-Tomé.

CAPÍTULO 01
RAÍZES COLONIAIS DA FORMAÇÃO SÓCIOHISTÓRICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E SEUS IMPACTOS NA CONTEMPORANEIDADE

Para compreender a trajetória histórica de São Tomé e Príncipe é imprescindível retornar às origens coloniais que marcaram profundamente a formação social, econômica e política do país. Neste capítulo exploraremos o processo de colonização africana destacando como as dinâmicas impostas pelas potências europeias, sobretudo Portugal, moldaram estruturas de dominação, exploração e resistência no continente. A partir de conceitos e reflexões de autores que abordam o colonialismo, busca-se evidenciar que o processo de colonização não se restringiu à ocupação territorial, mas implicou numa reorganização das relações sociais culturais e identitárias dos povos africanos.

Em seguida será analisado o caso específico de STP, evidenciando como o arquipélago tornou-se um espaço estratégico para a economia atlântica baseada no trabalho escravizado. Sendo assim a formação sócio-histórica são-tomense, será compreendida à luz desse passado colonial cujos impactos permanecem visíveis na contemporaneidade, seja nas desigualdades sociais, seja na estrutura do Estado. Este capítulo representa a base para entender como as raízes coloniais ainda influenciam os desafios atuais do país.

1.1-COLONIALISMO E FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA STP

Ao falarmos da formação sócio-histórica de São Tomé e Príncipe, não podemos deixar de lado o debate sobre o colonialismo, visto que a história da humanidade foi marcada por diversos processos que trouxeram impactos significativos para o seu povo, dentre eles o papel que cada país ocupou nos processos de colonização.

O processo de colonização a que nos referimos nesta pesquisa, teve seu início com as grandes navegações no século XV. Soares (2024) atribui a sua gênese à crise europeia no final da idade média. O autor explica que essa crise foi impulsionada por mudanças na base econômica, quanto por transformações culturais e ideológicas, como as que se manifestavam no renascimento e nos primórdios do pensamento iluminista. Esse processo perdurou até o século XX no continente africano com a independência das colônias, mas vale ressaltar que apesar do fim do colonialismo formal, existe ainda uma forte dependência por parte desses países, pois a independência política não significou completa libertação. Os países que antes foram colonizados continuam em muitos aspetos dependentes, vivendo sob um regime de exploração e influência que é classificada por muitos estudiosos como um “novo tipo de colonialismo”

Nesse processo histórico, a colonização se caracterizou como uma prática de dominação ampla e sistemática, a qual Fonseca (2015, p.7) chama de “confronto entre homem de fora e de dentro”, um confronto em que o colono assumiu o papel de expropriador de recursos, e o colonizado o de mão de obra barata.

A colonização “consistiu na dominação política, econômica e cultural de territórios e populações por parte de potências europeias, que buscavam explorar os recursos naturais e humanos das colônias.’’ (ARÃO, 2024, P.4)

Ao destacar a dominação política, econômica e cultural, o autor mostra que o projeto colonial não foi um mero controle territorial, mas um sistema de poder abrangente destinado a apropriar tanto os recursos naturais, como os recursos humanos para o benefício das suas metrópoles.

Segundo Ialá (2020), os portugueses foram os primeiros europeus a alcançar o continente africano, impulsionados não apenas pela avançada tecnologia marítima da época, mas também pela necessidade de contornar suas limitações econômicas, sendo posteriormente seguidos pelos espanhóis.

Para Fanon (1968), o colonialismo funcionava como uma “máquina” de esmagar os povos, negando sistematicamente sua humanidade e desvalorizando sua cultura, suas tradições e sua capacidade de decidir sobre a própria vida**.** Assim, o colonialismo não se limitou à dominação econômica ou à apropriação territorial, mas atuou de maneira profunda sobre a identidade, a cultura e a condição humana dos povos colonizados. Foi um momento marcante e ao mesmo tempo desafiador para o colonizado, na qual tornou-se submisso na sua própria terra, pois trata-se de um processo que reconfigura o passado, distorce o presente e condiciona o futuro das nações submetidas, construindo uma narrativa de inferiorização e apagamento histórico. Ao negar aos colonizados a sua humanidade e história, o colonialismo produziu marcas estruturais que se refletem até hoje nas sociedades pós-coloniais.

Soares (2024) enfatiza que, no colonialismo, a força bruta e a invasão da terra constituem divisas importantes, indicando que a violência não se restringia à exploração econômica, mas incluía a imposição física e simbólica do poder europeu.

> Entre o colonizador e colonizado, só há lugar para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, o imposto, o roubo, a violação, as culturas obrigatórias, o desprezo, a desconfiança, arrogância, a suficiência a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas. Nenhum contato humano, mais relações de dominação e de submissão que transformam o homem[...]homem indígena em instrumento de produção. (CÉSAIRE, 2010, p.25)

Essa situação evidencia que a colonização envolvia múltiplas formas de coerção e desumanização, atingindo tanto a vida cotidiana quanto a estrutura social das populações dominadas. Uma das consequências do colonialismo foi um impacto na identidade:

> O processo de colonização impôs aos povos colonizados uma identidade estranha, baseada nos padrões e interesses dos colonizadores, que desvalorizavam as manifestações culturais dos colonizados, impondo-lhes sua língua, sua religião, sua educação, sua arte, sua ciência etc. O colonialismo cria uma hierarquia racial e social, que colocou os europeus no topo, gerando sentimentos de inferioridade e submissão dos povos dominados, que se viram divididos entre sua cultura original e a imposta (ARÃO, 2024, p.4).

O colonialismo foi um processo segundo Domingos (2017) que se definiu pela privação da liberdade, desumanização e despersonalização do indivíduo. A violência, era a forma estruturante desse sistema, agia para tirar e excluir o indivíduo de sua sociedade, instrumentalizá-lo e impor-lhe uma nova personalidade e memória, constituindo-o como escravo, negro e dominado. É nesse contexto que o autor afirma: "O ser humano se tornou coisa, máquina produtiva, força da produção de riquezas e animal de reprodução. O ser humano foi transformado em mercadoria pela ambição imensurável, a ganância de certos homens para ter e manter o seu o poder."(DOMINGOS, 2017, P.193)

O autor acrescenta ainda, que a violência não se limitou ao âmbito físico, mas foi também simbólica e estrutural, deixando marcas profundas, como traumas psíquicos e estigmas sociais.

Como mencionado anteriormente, São Tomé e Príncipe não ficou à margem do processo histórico do colonialismo. De acordo com a historiografia, as ilhas teriam sido descobertas por navegadores portugueses nos anos de 1470, no caso a ilha de São Tomé, e 1471 a ilha do Príncipe, embora ainda exista certa controvérsia com relação aos acontecimentos. Não se sabe ao certo se as ilhas eram habitadas antes da chegada dos europeus, e algumas interpretações sugerem que os [2]angolares seriam povos originários das ilhas. Nesse contexto, Ialá (2020) observa que a chamada "descoberta" europeia no continente africano deve ser entendida como interna à perspectiva dos colonizadores, os europeus estavam conhecendo essas terras pela primeira vez, mas elas já eram ocupadas por populações locais. Dessa forma, a narrativa da descoberta reflete mais a visão dos colonizadores do que a realidade dos habitantes**.**

Seibert (2012), apresenta diferentes hipóteses sobre a presença dos angolares em São Tomé: algumas sugerem que seriam descendentes de sobreviventes de um naufrágio vindo de

[2] Os Angolares constituem um dos grupos étnicos-culturais de São Tomé, vivendo predominantemente no sul da ilha. São reconhecidos pelo seu próprio crioulo(angolar) e a sua origem está ligada a três hipóteses concorrentes. (Seibert,2012)

Angola no século XVI; outros consideram que seriam habitantes originais da ilha, hipótese frequentemente utilizada pelos nacionalistas santomenses na luta pela independência; e há ainda interpretações que os caracterizam como escravos fugitivos nos séculos XVI e XVII. Ao articular essas perspectivas, percebe-se que a crítica de Ialá à "descoberta" europeia e as incertezas sobre os angolares dialogam, evidenciando que a história de São Tomé e Príncipe foi construída majoritariamente a partir da visão dos colonizadores e reforçando a necessidade de analisar o passado das ilhas a partir de múltiplos olhares.

Ainda de acordo com Seibert (2015), cuja obra se tornou uma das referências mais importantes para o estudo dos PALOP, em particular São Tomé e Príncipe, o processo de colonização portuguesa no país se deu por meio de duas fases. A primeira corresponde à chegada dos portugueses às ilhas, em 1470, e se prolonga até o início do povoamento efetivo, que ocorreu em 1593, o que segundo Correia (2024, p.32) foi um "processo que resultou na formação da sociedade são-tomense, constituída em sua maioria por descendentes de diferentes grupos étnicos dos países do continente africano e por imigrantes europeus."

A segunda fase da colonização iniciou-se com a introdução do café, em 1787, e do cacau nos séculos XVIII e XIX, culturas que passaram a sustentar a economia local e que dependiam fortemente da utilização de mão de obra escravizada.

O autor acrescenta ainda que os portugueses chegaram nas ilhas, com o intuito de implantar uma colônia de povoamento europeu, estabelecendo uma rota comercial marítima para a Ásia, estabelecer um ponto estratégico para o comércio e a navegação Atlântico Sul, converter os habitantes locais ao cristianismo e impor a cultura portuguesa na região, expandir o território português e aumentar a influência política e econômica de Portugal no país, explorar e aproveitar os recursos naturais da região.

Vale ressaltar que a colonização e ocupação efetiva do arquipélago se deu no ano de 1884-1885 com a Conferência de Berlin (Seibert 2015), que foi o momento em que as potências europeias discutiram e estabeleceram regras para o processo de colonização da África, o que resultou na partilha do continente, onde STP ficou sob o domínio total de Portugal.

Nos anos seguintes houve revoltas por parte dos escravos porque, de acordo com a lei do Ventre Livre aprovada em 1875**,** a escravatura no império colonial português teria a sua abolição prevista para o ano seguinte. Após receberem a notícia deixaram as plantações e manifestaram-se na cidade a favor do fim imediato da escravatura. E foi a partir daí que o Governador cedeu às exigências e aboliu a escravatura. Os escravos recém-libertos recusaram

voltar às plantações em regime assalariado visto que o consideravam como trabalho escravo, indigno ao seu estatuto social de africanos livres.

A escravidão foi oficialmente abolida em 1875, mas a economia colonial fortemente baseada na produção do cacau e café precisava manter a mão de obra nas roças. Por isso a transição não significou liberdade imediata. Em vez disso, os portugueses optaram pelo trabalho contratado ou forçado, que consistia em trazer trabalhadores de outras colônias portuguesas incluindo Angola, Cabo-Verde, Moçambique, com condições de trabalho muito precária e exploratória o que era comparado a uma segunda escravatura (SEIBERT, 2015, P.111)

Seixas (2015) reforça que essa transição foi uma estratégia colonial de adaptação às pressões internacionais contra a escravidão. A abolição formal atendia a padrões legais e diplomáticos, mas as práticas de coerção laboral continuaram criando um regime, que alguns autores chamam de escravidão contratual ou trabalho em condições análogas à escravidão. O estado colonial e os grandes produtores de cacau usavam esses mecanismos para garantir a produtividade, sem infringir leis externas demonstrando que a mudança legal não alterou substancialmente as relações de exploração nas roças.

Segundo Seibert (2015) o chamado "trabalho livre" era na prática apenas nominalmente livre: os trabalhadores assinavam contratos de duração determinada, mas eram obrigados a cumprir jornadas extensas sob severas punições e com restrições à sua mobilidade. Muitos não podiam abandonar as roças sem autorização, e a remuneração era mínima ou condicionada a bônus e irrisórios mantendo-os em situação de dependência econômica.

As condições de trabalho eram de miséria, os salários não eram pagos, havia violência com base em chicotadas. De acordo com Nascimento (2004) havia sucessivas renovações de contratos, intensa carga de trabalho, alta taxa de mortalidade e a falta de autonomia dos trabalhadores. Os serviçais eram muitas vezes tratados como "coisas", reduzidos a instrumentos de produção e vistos sob a ótica da "barbárie africana", que, segundo a ideologia colonial, deveria ser corrigida pela disciplina do trabalho. Assim, apesar do discurso oficial de progresso, as roças constituíram espaços de exploração violenta, de discriminação racial e de negação da dignidade humana.

Dessa forma a economia do arquipélago manteve-se fortemente dependente de um modelo laboral coercitivo que combinava alegados de escravidão com novas formas de subordinação legalmente mascaradas.

Insatisfeitos com a situação a qual viviam, eles se rebelaram contra as condições de trabalho e exploração, o que culminou num evento crucial na formação social e política de

São Tomé e Príncipe, o Massacre de Batepá, em 1953. Foi um momento onde os trabalhadores revoltaram contra as condições de trabalho, e as autoridades coloniais portuguesas massacraram centenas deles. Esse evento aumentou a indignação local e fortaleceu o movimento anticolonial, simbolizando a resistência são-tomense contra a opressão colonial e marcando uma etapa importante na luta pela independência.

O Massacre de Batepá foi um ponto crucial na luta pela independência de São Tomé e Príncipe, pois fortaleceu a resistência contra o colonialismo e levou à formação de movimentos de libertação, como o CLSTP (Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe) que mais tarde tornou-se MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe), sendo uma das causas que impulsionaram o país rumo à independência.

> "O massacre de batepá tornou-se um esteio identitário do nacionalismo são-tomense, além de ser considerado o início de um processo de luta que desencadeou na criação em 1960 comité de libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP)." (HERNANDEZ, 2008, P.558)

Nascimento (2010) argumenta que a independência do país se deu mediante dois processos, o primeiro foi a luta de libertação de outras colônias através da luta armada, onde STP beneficiou-se das guerras. O segundo fator decisivo, foi a revolução dos cravos em Portugal, um acontecimento ocorrido a 25 de Abril de 1974 com a queda da ditadura de Marcelo Caetano. A partir daí foram iniciadas as negociações com o MLSTP, e foram tomadas medidas pacíficas para a independência que foi conquistada em 12 de julho de 1975.

1.2-DEMOCRATIZAÇÃO EM STP E O CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

Após a independência, o país adotou um regime político monopartidário sob comando do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), inspirado no modelo socialista. Este período conhecido como Primeira República, caracterizou-se pela centralização do poder político na figura do presidente Manuel Pinto da Costa.

Essa nova constituição introduzindo um discurso de cidadania, passou a reconhecer como cidadãos todos os residentes no país. Nos primeiros anos pós-independência, o governo do MLSTP, inspirado pelo socialismo, promoveu uma política de inclusão social.

Com a saída da maioria dos portugueses durante a descolonização, os forros (nativos da ilha) passaram a ocupar os cargos antes dominados pelos brancos portugueses, embora muitos não tivessem a formação necessária para essas funções. Trabalhadores angolanos e moçambicanos regressaram aos seus países, enquanto a maioria dos cabo-verdianos que eram os antigos contratados das roças, permaneceram no arquipélago, especialmente devido à

necessidade de mão de obra nas plantações de cacau e à falta de condições de Cabo Verde para recebê-los.

Com a degradação das roças e o declínio da produção de cacau após a independência, iniciou-se um movimento migratório dos antigos contratados e seus descendentes em direção às áreas urbanas.

Durante a década de 1980, o país enfrentou uma profunda crise econômica agravada pela má administração dos recursos e pela dependência da ajuda externa. Essa conjuntura somada ao enfraquecimento do bloco socialista e as pressões internacionais por reformas impulsionou a abertura política.

Seibert (2009) diz que por volta de 1984 o próprio regime iniciou uma reorientação política reconhecendo a necessidade de mudanças estruturais. Essa reconfiguração culminou na realização da primeira conferência nacional em 1989 um Marco histórico por ser o primeiro evento do gênero em todo o continente africano onde se aprovou a transição para um sistema multipartidário. O processo avançou rapidamente e em 1990 um referendo constitucional ratificou a adoção da democracia representativa e do sistema semipresidencialista. A nova constituição aprovada com apoio de 81% dos eleitores consagrou oficialmente o pluralismo político e abriu o caminho para a realização das primeiras eleições livres, da história do país.

E foi assim que em 1991 São Tomé e Príncipe realizou as suas primeiras eleições legislativas e presenciais que marcaram o início da segunda república.

Segundo Seibert (2015), a democratização trouxe uma reforma agrária apoiada pelo Banco Mundial, que desmantelou as grandes roças e distribuiu terras, em regime de usufruto, para 8.735 antigos trabalhadores agrícolas a primeira vez que essa parcela da população teve acesso à posse de terras, antes reservada apenas aos são-tomenses nativos. Contudo, mesmo com a distribuição de terras, a migração do campo para a cidade continuou, refletida no aumento da população urbana de 33% em 1991 para 67% em 2012.

Apesar do entusiasmo inicial, a consolidação democrática enfrentou inúmeros desafios e o sistema semipresidencialista adotado de forte pendor presidencial gerou tensões recorrentes entre o presidente da república e o primeiro-ministro, provocando sucessivas crises políticas. A instabilidade política e a corrupção tornaram-se questões persistentes refletindo os limites institucionais da Nova Ordem democrática.

Nascimento (2023) observa que embora a democracia tenha se institucionalizado ela coexistiu com o aumento da pobreza, da desigualdade e da informalidade política o que fragilizou o sistema democrático e favoreceu a personalização do poder.

Embora algumas barreiras sociais tenham diminuído ao longo do tempo, a pobreza persistente, que afeta metade da população, continua a ser um obstáculo significativo para a integração social plena. Os distritos rurais, onde vivem principalmente os antigos contratados e os angolares, registram os maiores índices de pobreza. No entanto, a pobreza também tem um impacto considerável em uma grande parcela dos forros, evidenciando que a desigualdade social permanece um desafio no país.

Atualmente, São Tomé e Príncipe é uma República Democrática independente, regida pela Constituição promulgada em 2003, com um sistema de governo semipresidencialista, democrático e representativo, no qual o Presidente exerce a função de chefe de Estado e o Primeiro-ministro atua como chefe do Governo. Desde 1990, o país mantém um sistema multipartidário estruturado em três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. No Poder Executivo, o Presidente da República é eleito por sufrágio universal direto para um mandato de cinco anos e o Primeiro-ministro também eleito por um sufrágio universal na eleição legislativa, onde o mandato é de 4 anos. Tanto o Presidente da República, como o Primeiro-ministro devem ser obrigatoriamente cidadãos são-tomenses e ter, no mínimo, 35 anos de idade. O Poder Legislativo é exercido pelo Governo e pela Assembleia Nacional, composta por 55 membros eleitos para mandatos de quatro anos. Já o Poder Judiciário é totalmente independente dos demais poderes e é administrado pelo Supremo Tribunal.

Conforme apresentado no quadro a seguir, STP ao nível de organização territorial encontra-se administrativamente dividido em sete distritos, dos quais seis localizam-se na ilha de São Tomé (Água-grande, Mé-Zochi, Lembá, Lobata, Cantagalo e Cauê) que concentram cerca de 95,7% da população nacional, e um distrito na ilha do Príncipe o distrito de Paguê que desde 1996 passou a ter o estatuto de região autônoma. Os distritos estão subdivididos em cidades, vilas e localidades.

QUADRO 1-SUPERFÍCIE DOS DISTRITOS, LOCALIDADES E DIVISÃO ADMINISTRATIVA (STP)

Distrito/Região	Superfície(km2)	Localidades	Forma de administração
Cauê	267	31	Câmara Distrital
Lembá	229	38	Câmara Distrital
Mé-Zochi	122	162	Câmara Distrital
Cantagalo	119	60	Câmara Distrital
Lobata	105	68	Câmara Distrital
Água-Grande	16,5	55	Câmara Distrital
Região Autónoma do Príncipe	142	48	Governo Regional (desde 1996)

Fonte: Instituto nacional de estatística 2015(elaboração própria)

Cada distrito é administrado por uma câmara distrital liderada por um presidente eleito democraticamente, enquanto a ilha do Príncipe é dirigida por um governo regional em virtude do seu estatuto especial.

Em termos territoriais o distrito de Caué é o mais extenso com 267 km², situado no sul da ilha tendo como capital São João dos Angolares. É seguido por Lembá localizado na parte nordeste com 229 km² de superfície e a capital na cidade de neves. O distrito de Mé-zochi ocupa a região central e mais elevada da ilha com 122 km² e capital na cidade da Trindade, destacando-se pela indústria agropecuária e pelo clima tropical de altitude. O distrito de Cantagalo com uma área de 119 km² está situado no sul da ilha e o distrito de Lobata por sua vez, possui uma área de 105 km², situando-se na região norte. O distrito de Água-grande é o menor em extensão e apresenta apenas 16,5 km², embora seja o mais populoso abrigando a capital do país.

Por fim a região autónoma do Príncipe (RAP) separada da ilha de São Tomé por cerca de 140 km, possui uma superfície de 142 km² correspondendo a 16 km de comprimento e 8 km de largura, caracterizando-se por relevo acidentado, clima tropical e uma diversidade de pequenas comunidades distribuídas ao longo da ilha.

A sociedade São-Tomense é marcada por um processo de miscigenação que se deu no período colonial e apesar de alguns avanços o arquipélago ainda enfrenta desafios como a pobreza, desigualdade de rendas e falta de oportunidades de emprego que se perpetuam no país desde a sua independência, mas particularmente nas zonas rurais. É fundamental destacar que esses desafios não são novos, pelo contrário são o legado direto e estrutural do modelo colonial.

Antes da independência, a riqueza estava concentrada nas mãos da pequena elite colonial, enquanto a maioria da população vivia em condições indignas e precárias, portanto, a desigualdade e a pobreza já eram verificadas antes da independência. O país, ao herdar essa estrutura já fragilizada, resultou na perpetuação desses mesmos desafios.

Um outro problema significativo é a emigração, pois muitos estão indo à procura de melhores qualidades de vida no exterior, em sua maioria, jovens. O setor econômico de São Tomé e Príncipe é baseado principalmente na agricultura, destacando-se a produção e exportação de cacau, reconhecido internacionalmente como um dos melhores do mundo e utilizado na fabricação de chocolates de alta qualidade. Além do cacau, a pesca e o turismo têm ganhado importância, sendo o turismo uma aposta crescente para o desenvolvimento econômico.

Mesmo diante de instabilidades políticas e limitações na capacidade administrativa do Estado, STP busca consolidar sua estrutura institucional e reforçar a governabilidade. A organização do XVII Governo Constitucional detalhada no decreto-lei n.º 1/2019 define um executivo constituído pelo Primeiro-Ministro, Ministros e pelos Secretários do Estado. Essa estrutura visa primordialmente alcançar "a operacionalidade eficácia e otimização dos recursos imprescindíveis ao bom exercício da ação governativa. "O conselho de ministros, órgão decisório presidido pelo primeiro-ministro, é formado por este e pelos ministros podendo os secretários de Estado participar mediante convite, mas sem direito ao voto. Este órgão centraliza a coordenação política com todos os seus membros vinculados às suas deliberações e ao dever de sigilo sobre as agendas e debates.

De acordo com o decreto-lei 1/2019 o governo constitucional é composto por diversos ministérios como:

- **Ministério dos Negócios Estrangeiros**, cooperação e comunidades, responsável pela política externa diplomática consular, negociações internacionais e proteção das comunidades emigradas.
- **Ministério das Obras Públicas infraestrutura, recursos naturais e ambientes,** responsável pela política de obras públicas recursos naturais e ambiente.
- **Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul,** tem como missão formular e executar a política financeira, promover a gestão racional dos recursos públicos e acompanhar as políticas orçamental, monetária e creditaria.
- **Ministério da Defesa e Ordem Interna,** tem como missão a preparação e execução da política de defesa nacional bem como assegurar a administração das forças armadas, formular, coordenar e executar as políticas de segurança interna.
- **Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos** responsável por dirigir, executar e controlar a política governamental nas áreas da justiça, administração pública e direitos humanos.
- **Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural** responsável pela política nas áreas de agricultura pescas, pecuária florestas e desenvolvimento rural.
- **Ministério da Presidência do Conselho de Ministro e Assuntos Parlamentares** cuja missão é prestar apoio ao conselho de ministros ao primeiro-ministro e os demais membros do governo, além de promover a coordenação interministerial e as relações institucionais com a presidência da república e a assembleia nacional. Este ministério tutela ao secretário do estado da comunicação social responsável pela política na área da comunicação social.

- **Ministério do Turismo, Cultura, Comércio e Indústria** responsável pela política nos setores do turismo, cultura, comércio e indústria. Este ministério tutela o secretário do estado do comércio e indústria que responde pela política destes domínios.
- **Ministério da Educação e Ensino Superior,** responsável pela política dos setores de educação e ensino superior.
- **Ministério da Saúde,** cuja missão é definir e conduzir a política nacional da saúde
- **Ministério do Trabalho, Família, Solidariedade e Formação Profissional** responsável pela política de emprego trabalho solidariedade segurança Social e combate à pobreza e exclusão social.
- **Ministério da Juventude Desporto e Empreendedorismo** tem como objetivo formular e controlar a política nas áreas de juventude do desporto e empreendedorismo juvenil.

Dentre os ministérios apresentados, quatro deles são voltados para a política social, Ministério da Educação e Ensino Superior, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho, Família, Solidariedade e Formação Profissional e Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo.

A presença do Ministério da Educação ensino superior é crucial, pois o acesso à educação e a permanência escolar são reconhecidos como principais instrumentos e mobilidade social e combate à reprodução da pobreza. O Ministério da Saúde atua diretamente na garantia do bem-estar e da qualidade de vida da população. O ministério de trabalho solidariedade família e formação profissional, se concentra nas ações de proteção social básica e especial, sendo responsável por articular o apoio às famílias em situação de vulnerabilidade desemprego e risco social. Por fim o ministério da Juventude desporto empreendedorismo é o braço do governo focado em projetos de inclusão produtiva e ocupação para os jovens oferecendo alternativas de futuro e prevenção ao envolvimento com situações de risco.

Para apoiar a ação governativa, cada ministério dispõe de órgãos como o gabinete do ministro e o conselho consultivo e serviços como o gabinete de estudos e planeamento e a direção administrativa e financeira.

O gabinete do ministro presta assessoria técnica e jurídica, assegura a informação, organiza agenda e as relações com o público e a comunicação social, enquanto a direção administrativa e financeira (DAF) é o serviço de suporte administrativo para a gestão orçamental, financeira, patrimonial e pessoal. Adicionalmente o primeiro-ministro tem a sua dependência o conselho nacional de concertação social (CNCS) a comissão interministerial

para a política externa, o conselho consultivo da sociedade civil e o gabinete de comunicação e imagem do governo.

Ao estabelecer esta [3]orgânica o decreto-lei 1/2019 evidencia as prioridades elencadas no VII Programa do governo constitucional focando nas áreas da economia, emprego, saúde, educação e justiça, bem como a gestão econômica e desenvolvimento rural.

[3] Orgânica do XVII Governo Constitucional: Estrutura legal aprovada pelo Decreto-Lei nº 1/2019, que define a organização, composição e competências do XVII Governo Constitucional de STP, incluindo a lista dos Ministros, estrutura do Conselho de Ministros e a organização.

CAPÍTULO 02

AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NA CONTEMPORANEIDADE E AS RESPOSTAS DO ESTADO

2.1 EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL MAIS INCIDENTES EM SÃO TOMÉ E PRINCIPE

Para compreender as expressões da Questão Social em qualquer contexto sócio-histórico, assim como em São Tomé e Príncipe, é imperativo defini-la sob a perspectiva crítica que a concebe não como um problema isolado ou superficial, mas como um fenômeno estrutural inerente à lógica do modo de produção capitalista e o colonialismo.

Guerra et.al (2007) apreendem a questão social fundamentalmente como o conjunto das expressões das desigualdades sociais. É crucial a compreensão de que a questão social não se manifesta como acidente ou anomalia, mas sim como resultado direto da lógica intrínseca e da forma como o capitalismo opera.

A gênese desse fenômeno " Questão Social" reside no fato de que, embora a pobreza tenha existido em sociedades anteriores (escravista e feudal), no capitalismo ela se torna algo socialmente produzido e não apenas resultado de escassez. O sistema cria riquezas em níveis inéditos, mas também produz e reproduz a pobreza de forma ampliada dando origem à Questão Social (Santos, 2012).

Essa contradição central do sistema é claramente definida por Iamamoto:

> "Questão social" é apreendida, como o conjunto das expressões das desigualdades sociais inerentes à sociedade capitalista, cuja gênese se deve à acumulação capitalista na medida em que esta aumenta a capacidade de produzir riquezas e, no mesmo movimento, também de reproduzir, contraditoriamente, a pobreza (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Como parte constitutiva das relações sociais capitalistas (Iamamoto 2001), a questão social é uma materialização das contradições do próprio sistema capitalista, resultando no antagonismo entre capital (que busca acumulação) e o trabalho (que gera riquezas) resultando em exploração e desigualdade.

Ainda que possua a mesma natureza essencial, a Questão Social não se manifesta de maneira homogênea. Sua forma de apresentação varia de acordo com a realidade de cada grupo social e formação social. Conforme explica Pastorini:

> "Questão social" assume expressões particulares dependendo das peculiaridades específicas de cada formação social (nível de socialização da política, características históricas, formação econômica, estágios e estratégias do capitalismo) e da forma de inserção de cada país na ordem capitalista mundial **(**PASTORINI, 2010, p.113)

No contexto adverso da globalização, ela se expressa em formas como pobreza, miséria, desemprego e exclusão social que se renovam e se tornam mais complexas, configurando a questão social como a síntese reflexiva do aprofundamento das desigualdades sociais (Arcoverde, 2008). O aumento dessa vulnerabilidade, é expressa na maioria da população, onde passam a viver sob ameaça da perda dos direitos, refletindo numa enorme instabilidade social e econômica.

Essa compreensão estrutural e particularizada da questão social é indispensável para analisar criticamente suas múltiplas expressões em contextos específicos como o de STP. A análise da questão social no país, parte do entendimento de sua formação social específica.

São Tomé e Príncipe, devido à história marcada pela colonização europeia, ainda enfrenta desafios persistentes a nível político, económico, social e cultural. A herança de ter sido um entreposto do tráfico atlântico de pessoas escravizadas criou uma "estrutura social marcada pela desigualdade, pela marginalização de saberes locais e por profundas fraturas identitárias" (MATA, 2025, p. 126).

Face a este arcabouço estrutural herdado, as expressões da questão social emergentes no país são multifacetadas e complexas. Tais expressões são agravadas pelas consequências estruturais do passado colonial, manifestando-se hoje através de políticas públicas frágeis e de uma economia vulnerável que perpetuam a desigualdade. Desta forma, a questão social em STP é a materialização particular da contradição capitalista, a exploração do trabalho pelo capital, numa sociedade que carrega os profundos legados de uma formação histórica dependente. O país enfrenta desafios significativos no que diz respeito à redução da pobreza e desigualdades, onde 66,7% da população vivem abaixo da linha da pobreza, dados do [4]Inquérito dos Orçamentos Familiares (IOF) realizado em 2017.

O maior desafio do país é a construção de uma economia com elevado nível de crescimento económico sustentável e inclusivo. A dependência externa da economia São-tomense acarreta problemas como, aumento da dívida externa, redução da exportação centralizada num número limitado de produtos agrícolas, sujeição a ajuda externa e empréstimo.

> Desde a sua independência, São Tomé e Príncipe manteve uma estrutura econômica profundamente dependente da exportação de commodities, como o cacau e o café. Embora esses produtos tenham sido a base da economia durante o período colonial, a independência não trouxe a transição necessária para um modelo de desenvolvimento mais equilibrado e sustentável. Essa falta de diversificação não só afeta a estabilidade econômica de São Tomé e Príncipe,

[4] O uso dos dados do IOF 2017 se justifica pela ausência de inquéritos mais atualizados e por ser a última pesquisa oficial abrangente sobre rendimentos, despesas e condições de vida das famílias em São Tomé e Príncipe.

> mas também a sua capacidade de criar empregos, gerar renda e melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos. (TRINDADE, 2025, P.150)

Esse cenário repercute no país em situações como**,** elevada taxa de desemprego que atinge principalmente as mulheres e os jovens, o que tem contribuído para uma emigração massiva da juventude em busca de melhores condições de vida. Segundo a organização juvenil São-Tomense (2023) 80% dos jovens querem emigrar do país devido às questões ligadas à saúde e a falta de oportunidade de emprego, caso este que tem sido preocupante visto que os jovens representam uma parte significativa da população.

> Os indicadores do Perfil de Pobreza realizado com base no Inquérito de Orçamento Familiar de 2017 mostram que depois dos serviços, a agricultura emprega a maior parte da população de STP, particularmente os pobres[...]E de acordo com o relatório sobre Perfil de Pobreza mencionado acima, a maior parte da população de São Tomé e Príncipe trabalha no setor informal e é muito mais pobre do que aqueles que trabalham no setor formal. (STP, 2023, P.16)

A migração tem se constituído atualmente em São Tomé e Príncipe, uma das expressões da questão social. Dados do banco mundial (2025) apontam que 18% da população (40 mil São-Tomenses) encontram-se fora do país, sendo 52% em Portugal, 17% em Angola e 16% em Gabão, motivados por fatores como laços culturais e econômicos.

Outro problema recorrente em STP, é o aumento do abuso sexual contra crianças e adolescentes. A temática sobre a violência sexual no país, aponta que o número de detenções e condenações contra o abuso sexual de menores em São Tomé e Príncipe, tendem a aumentar nos últimos meses. A violação e o abuso sexual, constituem cerca de 50% dos crimes praticados no país seguido do furto, homicídio, entre outros. Atualmente, o abuso sexual contra crianças adolescentes é o crime que se destaca, tendo 95 registros segundo o Ministério público (RTP África, 2025).

Como consequência desse problema temos o aumento da gravidez precoce no país, o que traz consigo impactos na saúde física e emocional e abandono escolar. A maioria das adolescentes grávidas têm pouca informação materna e desde muito cedo começam a chefiar a família, na maioria das vezes sem a ajuda dos parceiros, face a isso percebe-se o aumento de uma composição familiar hegemônica muito vulnerável que atribui a mulher adolescente a responsabilidade individual do cuidado e sustento da criança (Téla nón, 2025)

Em São Tomé e príncipe houve também um aumento de casos de violência doméstica, onde as mulheres são as maiores vítimas, mas na maioria das vezes muitas delas permanecem caladas e não denunciam, o que segundo a diretora do centro de aconselhamento contra a

violência doméstica (CACVD) inviabiliza qualquer tipo de intervenção visando ao aconselhamento e pacificação. (STP-PRESS,2024)

Diante disso, são diversos os desafios que o país enfrenta nomeadamente: instabilidade política e governativa; dependência externa; políticas de estado ocidentalizadas, pouca formação e capacitação dos seus recursos humanos, demasiada burocracia, elevada taxa de desemprego, aumento da vulnerabilidade, desigualdade de gênero, onde as mulheres enfrentam altas taxas de desemprego, menor acesso a recursos e violência centrada no gênero.

2.2- RESPOSTAS DO ESTADO NO ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL

A questão social, compreendida como produto das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, tem exigido historicamente a presença do Estado como mediador dos conflitos sociais e como respo0nsável por responder às demandas geradas por esse mesmo sistema. No entanto, essa intervenção não ocorre de forma neutra nem desvinculada das disputas de classe que caracterizam a sociedade capitalista. É nesse contexto que emergem as políticas sociais, entendidas como estratégias estatais voltadas a atenuar os impactos das desigualdades e garantir um mínimo de proteção social aos cidadãos.

Behring e Boschetti (2016) destacam que as políticas sociais constituem respostas fragmentadas e setorializadas às diversas expressões da questão social, refletindo os limites de um Estado que atua dentro da lógica do capital. Em outras palavras, a política social nasce como uma tentativa de administrar as tensões entre capital e trabalho, mas sem alterar as bases estruturais que produzem a desigualdade.

De forma complementar, Marshall (1965, apud Vianna, 2002) observa que o conceito de política social não possui uma definição única ou universal, variando conforme o contexto histórico e político em que é aplicado. Essa ausência de precisão conceitual evidencia o caráter dinâmico das políticas sociais, que expressam interesses, disputas e correlações de força que se modificam conforme a conjuntura.

Nessa mesma direção, Yazbek (2008) analisa a política social como uma modalidade de intervenção do Estado voltada ao atendimento das necessidades básicas da população, mas que se constrói de maneira contraditória. Ao mesmo tempo em que representa um avanço civilizatório e uma forma de ampliação de direitos, também carrega o peso das contradições do capitalismo, pois é condicionada por relações de poder e pela lógica de acumulação que estrutura a sociedade. Assim, a política social não é apenas um instrumento técnico de gestão pública, mas um campo de disputa onde se expressam diferentes projetos de sociedade.

Dessa forma, compreender as respostas do Estado diante da questão social implica reconhecer o duplo papel que ele desempenha: de um lado, como agente de garantia de direitos e de proteção aos segmentos vulneráveis; de outro, como mantenedor da ordem capitalista, limitando o alcance das transformações sociais mais profundas.

No contexto de São Tomé e Príncipe, essa reflexão torna-se essencial para analisar as ações implementadas pelo Estado com o objetivo de enfrentar a pobreza e as desigualdades. As políticas públicas desenvolvidas no país se inscrevem nesse mesmo movimento contraditório, no qual se combinam avanços no campo da proteção social com restrições impostas por fatores econômicos, políticos e estruturais. Essa dinâmica revela que as respostas estatais à questão social, embora necessárias, permanecem marcadas pelos limites do próprio sistema que as produz.

A atuação do Estado diante das expressões da questão social e das desigualdades em São Tomé e Príncipe tem se pautado, em grande medida, por planos estratégicos e políticas sociais que, embora apresentem um discurso de combate à pobreza, muitas vezes revelam limitações estruturais profundas (São Tomé e Príncipe, 2022)

No tocante a pobreza a garantia de renda se estrutura na existência de um Regime Contributivo (INSS), e Estratégia Nacional de Proteção Social. Essa estratégia, por sua vez, materializa-se no Projeto de Proteção Social Resiliência e Recuperação (PPSRR), financiado majoritariamente pelo Banco Mundial. O PPSRR tem como objetivo central fortalecer o sistema de proteção social e ampliar a abrangência dos programas sociais. Este projeto integra três programas cruciais: o Programa Famílias Vulneráveis (PFV); Programa de Apoio à Criação do próprio Emprego (ACPE); e o Programa de Educação Parental (PEP)

O PFV é o principal mecanismo de transferências sociais condicionadas, e visa promover a proteção social dos cidadãos em situação de maior vulnerabilidade. Sua função central é implementar um sistema de proteção social temporário e amplo, que não apenas atribui uma renda a essas famílias, mas também assegura sua inclusão em atividades que facilitem a formação do seu capital humano e acesso a serviços básicos.

Complementando esta ação o ACPE, que oferece suporte à autonomia financeira, capacitando as famílias vulneráveis para a gestão e expansão dos seus próprios negócios.

Por fim o PEP que é implementado pela Direção de Proteção Social Solidariedade e Família (DPSSF) e tem como objetivo, capacitar pais e cuidadores com ferramentas e conhecimentos para promover o desenvolvimento saudável e integral de crianças e adolescentes. Destinado a pais, cuidadores e famílias em situações de vulnerabilidade social, o PEP busca fortalecer os laços familiares desenvolvendo habilidades parentais positivas,

prevenir situações de risco e incentivar a participação ativa dos pais na educação dos filhos. O programa atua através de sessões de grupos de apoio e aconselhamento, abordando temáticas como rotinas diárias, dimensão afetiva, planeamento financeiro e promoção do ambiente familiar e acolhedor. (DPSSF, AAFAP)

Em relação às expressões da questão social mais incidentes, o foco recai sobre a criança e o adolescente, cujas vulnerabilidades mais críticas são abuso sexual, gravidez precoce e o trabalho infantil, todas implicando na evasão escolar e baixa escolaridade. A concentração dessas vulnerabilidades é comprovada pelo Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS 2019) a principal fonte estatística que monitora a proteção infantil no país.

A intensidade e a persistência dessas situações são confirmadas pela imprensa são-tomense, através dos portais de notícias de alta visibilidade como, Téla Nón, STP-PRESS. Esses portais de notícias, têm destacado o aumento das denúncias de abuso sexual com a realização de marchas nacionais, sob o lema de "Tolerância Zero", e classificado a gravidez precoce como um problema que compromete as oportunidades de desenvolvimento dos adolescentes, e reforça a exclusão social e o abandono escolar. (Matéria veiculada no jornal Téla Non, 12 de maio de 2025)

Para enfrentar essas vulnerabilidades o Estado adotou uma série de medidas e programas, indicados em seus documentos de política e legislação. Entre essas medidas, está a promulgação da lei número 6 /2012, que foi posteriormente alterada para tornar as penas mais severas para quem comete crimes contra crianças e adolescentes.

A Lei n° 6/2012 de 6 de agosto, foi a primeira lei criminal do país após a independência, substituindo a antiga legislação colonial de 1886. No entanto para proteger melhor as crianças e os adolescentes, ela foi alterada urgentemente pela Lei n° 15/2021, de 10 de agosto. As principais mudanças foram:

Aumento das penas: as punições para crimes sexuais contra menores ficaram mais duras. Por exemplo, no crime de Abuso Sexual contra crianças (menores de 15 anos), a pena de prisão pode ser de 3 a 10 anos. Se houver relação sexual, a pena mínima sobe para 6anos, podendo chegar a 14 anos de prisão.

Fim dos Acordos: a lei passou a proibir e desencorajar a realização de acordos fora do tribunal entre os agressores e os pais/responsáveis da vítima. O objetivo é garantir que o processo siga em frente e o criminoso seja punido.

Maior proteção em casos graves: as penas para crimes sexuais são aumentadas pela metade quando resultam em consequências muito sérias para a vítima, como gravidez,

ferimentos graves, transmissão de doenças sexuais (HIV-SIDA ou hepatites) ou até mesmo no suicídio ou morte da vítima.

Punição por não denunciar: foi criado o crime de Omissão de Denúncia. Pais, familiares ou responsáveis que souberem de crimes sexuais contra menores e não informar as autoridades competentes (polícia ou tribunal) serão punidos com prisão ou multa, reforçando a responsabilidade legal de quem está perto da vítima. (São Tomé e príncipe, 2021)

O conjunto de ações do Estado, inclui, ainda, o desenvolvimento da Estratégia Nacional de luta contra a violência baseada no gênero, que é uma política ampla, que visa combater e prevenir todas as formas de violência baseada no gênero, estando alinhada ao marco jurídico nacional particularmente a Lei nº 11/2008, que regula o combate à violência doméstica em STP. Há também o Programa de Educação Parental, que visa capacitar os pais dando ferramentas necessárias para proteger melhor as crianças e garantir que elas cresçam saudáveis. No setor da Educação, a carta da política educativa é fundamental para garantir que as crianças e jovens tenham acesso e principalmente continuem na escola. O seu principal foco é de garantir a permanência dos estudantes prevenindo situações como abandono escolar. Por fim o Plano Nacional de Desenvolvimento da Saúde (PNDS), que é a ferramenta chave na área de saúde, ele prioriza a saúde materno-infantil e a prevenção da gravidez precoce.

Apesar desses apoios voltados à mitigação da pobreza e à melhoria das condições de vida da população, essas políticas tendem a assumir um caráter superficial e temporário, voltadas mais para o alívio momentâneo das condições de vulnerabilidade do que para a transformação efetiva das causas que produzem e reproduzem a desigualdade social. (São Tomé e Príncipe, 2022)

Segundo o 1º boletim estatístico sobre proteção social de São Tomé e Príncipe (2023), a estrutura do sistema de proteção social do país, que são programas e ações implementadas pelo Estado com intuito de melhorar a qualidade de vida da população, tem como base a lei 7/ 2004 e se encontra dividido em; proteção social obrigatória, proteção social da cidadania e proteção social complementar.

A proteção social obrigatória (regime contributivo) é voltada aos trabalhadores formais que atuam tanto no setor público, como privado e depositam um valor mensalmente para o sistema de segurança social, este regime contributivo garante direitos como subsídios de maternidade e pensões por velhice, invalidez, bem como outros benefícios. A proteção social

da cidadania (regime não contributivo) é destinada a famílias em pobreza extrema e socialmente desfavorecidas, que não têm como contribuir financeiramente.

Ainda segundo o boletim estatístico sobre proteção social em São Tomé e Príncipe (2023, p. 23):

> A Proteção Social da Cidadania é em grande medida apoiada por Organizações Não-Governamentais (ONG) que têm como objetivo ajudar as pessoas em situação de pobreza. As ONGs trabalham para aumentar a eficiência das políticas sociais e inovar nas soluções, otimizando os seus resultados. Elas ajudam a criar e desenvolver redes de conhecimento e de ação.

Por fim, a proteção social complementar serve como um complemento adicional às outras. A implementação desses regimes é feita sob o monitoramento do Ministério de saúde, trabalho e assuntos sociais por órgãos como, Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e a Direção de Proteção Social, Solidariedade e Família (DPSSF).

> São Tomé e Príncipe dispõe de um sistema de segurança social bem estruturado, o qual proporciona aos agentes da função pública, aos assalariados do setor privado e aos trabalhadores independentes um certo número de prestações de saúde, educação e de assistência social, garantido pelos recursos fiscais. Introduzido em 2004, esse sistema tem vindo a enfrentar um grande desafio, em termos de sustentabilidade, em virtude das incertezas à volta do seu financiamento, tanto ao nível público como ao nível privado. (PDS 2020-2024, P.35)

A menção a um sistema de segurança social bem estruturado em STP, conforme apresentado na citação anterior, exige uma análise crítica imediata, pois a estrutura formal do sistema pode existir legalmente abrangendo diferentes categorias de trabalhadores, mas a sua funcionalidade e eficácia são profundamente precárias. Um sistema não pode ser considerado "bem estruturado" se não for financeiramente sólido e socialmente abrangente.

Apesar desta fragilidade estrutural e da incerteza financeira que compromete a sustentabilidade do sistema de Segurança Social (como apontado pelo próprio PDS), o Governo são-tomense é obrigado a intervir nas situações sociais mais urgentes. Essa intervenção concentra-se nos regimes de proteção social apresentados anteriormente. Os programas, que serão detalhados no quadro a seguir, são executados por entidades do país e, em parceria com ONGS, têm o intuito de promover a inclusão da classe vulnerável e lidar com situações de emergência.

QUADRO 2: PROGRAMAS DE ESTRATÉGIA NACIONAL E PROTEÇÃO SOCIAL EM STP

Programa de ação	Órgão de execução	Público Alvo	Foco principal
Transferências sociais condicionadas	MEAS DPPSF	Famílias em extrema pobreza e vulnerabilidade	Redução da pobreza

Apoio a criação do próprio emprego	MEAS DPPSF	Indivíduos em idade ativa dentro das Famílias beneficiárias do PFV	Promoção da autonomia económica através da criação de pequenos negócios
Programa de Educação Parental (PEP)	MEAS DPPSF	Famílias beneficiárias do PFV	Capacitação dos pais/cuidadores para o desenvolvimento saudável e proteção da criança
Pensão por velhice, invalidez, morte, subsídio de maternidade	INSS	Trabalhadores, empregadores	Proteção contra riscos laborais baseada em contribuições obrigatórias
Apoio Social focalizado	MEAS DPPSF	Famílias chefiadas por mães em situação de vulnerabilidade	Subsídios para mães solo
Gratuidade da Educação Básica e Bolsas	MEES	Alunos da pré-escolar, ensino básico e superior	Garantir acesso universal e promover a equidade
Programa de Alimentação e Saúde Escolar (PNASE)	MEES	Alunos da pré-escolar e ensino básico	Fornecimento de refeições e combate á nutrição

Fonte: Elaboração própria (2025) com base em: República Democrática de STP; OIT, MEES, UNICEF.

O Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de São Tomé e Príncipe (2020-2024) reafirma o compromisso do país com a construção de um modelo de desenvolvimento centrado na justiça social, na equidade e na sustentabilidade. O documento propõe uma articulação entre as políticas públicas nacionais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), compreendendo que o progresso de São Tomé e Príncipe depende da superação das desigualdades e da inclusão efetiva de todos os grupos sociais.

Mesmo diante das críticas elaboradas pelo Serviço Social à agenda dos ODS, sobretudo por reconhecer nela uma orientação muitas vezes vinculada aos interesses do capital global e distante das reais condições dos países periféricos, é necessário reconhecer sua importância no contexto são-tomense. Ao estabelecer metas de inclusão social, redução da pobreza e fortalecimento da proteção social, os ODS se tornam um instrumento orientador para a formulação de políticas que buscam garantir direitos e dignidade à população.

Esse compromisso político e institucional foi reiterado pelo Presidente da República de São Tomé e Príncipe, que afirmou:

> "Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS, continuam sendo um farol para o nosso progresso. Para nós, o desenvolvimento sustentável não é uma escolha, mas sim, uma necessidade. A nossa visão de futuro está alicerçada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e é neste sentido que lutamos por um equilíbrio entre crescimento econômico, proteção ambiental e justiça social [...]" (ONU News, 2024).

A partir dessa visão, o Plano Nacional reconhece os profundos desafios que o país ainda enfrenta, como o elevado índice de desemprego, a persistência da pobreza, a precariedade das infraestruturas e as desigualdades sociais históricas e propõe uma série de medidas voltadas à recuperação da dignidade humana e à ampliação da proteção social. Entre as ações

destacam-se: o Programa de Rendimento Mínimo de Inserção Social (REMIS), voltado às famílias em situação de vulnerabilidade; a promoção da inclusão socioeconômica de pessoas com deficiência; as políticas de apoio a mães, crianças, jovens e idosos em extrema pobreza; a proteção integral da criança e do adolescente contra situações de risco; e o fortalecimento da solidariedade e do voluntariado social..

Essas ações, embora limitadas pelo contexto econômico e institucional do país, representam esforços do Estado são-tomense em alinhar suas respostas às expressões da questão social com uma perspectiva de desenvolvimento humano sustentável. Contudo, permanecem atravessadas pelas mesmas contradições que marcam as políticas sociais no interior do capitalismo: buscam promover justiça social e equidade, mas o fazem dentro de um modelo que continua a reproduzir desigualdades estruturais.

CAPÍTULO III
POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM SÃO TOMÉ E AS EXPRESSÕES DA DESIGUALDADE

De acordo com a carta da política educativa 2019- 2023, a estrutura do sistema educacional de São Tomé e príncipe passou por uma reorganização significativa após a aprovação da nova lei de bases da educação em 2018, a qual instituiu a obrigatoriedade de 11 anos de escolaridade, abrangendo dois anos de educação pré-escolar e 9 anos de ensino básico. Segundo o documento, essa mudança teve como finalidade garantir que todas as crianças tenham acesso à formação básica sólida marcada por princípios de cidadania e inserção social.

O sistema educacional são-tomense está estruturado em quatro níveis principais, que organizam o percurso escolar e visam garantir o acesso e a continuidade da aprendizagem:

1)Educação Pré-escolar

2)Ensino Básico

3)Ensino Secundário

4)Ensino Superior

A Educação Pré-escolar é responsabilidade primária do Estado e tem como objetivo, promover o desenvolvimento integral da criança e sua preparação para ingressar no sistema escolar. A frequência ao ensino pré-escolar é universal, obrigatória e gratuita para as crianças de 4 a 5 anos de idade.

O Ensino Básico tem por objetivo formar cidadãos capazes de se integrar na comunidade, proporcionando-lhe as ferramentas gerais do saber, saber ser e saber fazer, além de uma cultura escolar e geral, para desenvolverem as capacidades de raciocínio e aprendizagem, espírito crítico e criatividade. O Ensino Básico, também universal, obrigatório e gratuito, tem a duração de 9 anos e compreende 3 ciclos: o primeiro dos quais tem 4 anos (1ª à 4ª classes) e o segundo vai da 5ª à 6ª classes, e finalmente, o último da 7ª à 9ª classes.

O Ensino Secundário cobre três anos da 10ª à 12ª classes, que, embora seja universal, ainda não é obrigatório. Este nível desenvolve nos alunos os conhecimentos e aptidões intelectuais e físicas, bem como as bases científico-tecnológicas e culturais. Além disso, está organizado em disciplinas e orienta os alunos para a continuação dos estudos através da via geral ou para a vida e para o mercado de trabalho através da via profissionalizante.

O Ensino Superior promove a preparação científica, técnica e cultural sólida através da investigação e da criação do saber. Em 2014, na sequência do compromisso assumido pelo governo de desenvolver um ensino superior local, num contexto em que os estudantes

prosseguiam maioritariamente os seus estudos no estrangeiro por ausência de suficiente oferta local, foi criada a Universidade Pública de São Tomé e Príncipe (USTP). A USTP surgiu pela fusão de três estruturas já existentes, a saber: o Instituto Superior Politécnico (ISP) que oferece vários cursos em ciências aplicadas e ciências sociais; o Instituto Superior das Ciências da Saúde Victor Sá Machado (ICSVSM)que oferece formações universitárias no domínio da saúde (enfermeiros, parteiras, farmácia, etc.); e o Instituto Superior da Educação e das Ciências (ISEC, outrora EFOPE) que forma os professores do pré-escolar e do ensino básico, bem como profissionais da comunicação.

O ensino superior privado é constituído por três estabelecimentos, a saber: o Instituto Universitário de Contabilidade e de Gestão da Informação (IUCAI), a Universidade Lusíada, especializada em ciências económicas e relações internacionais e a Universidade EVORA que oferece formações em gestão e marketing.

A organização e gestão do sistema educacional do país, são responsabilidade central do ministério de educação, que atua com base em princípios fundamentais: eficiência, qualidade e equidade. A eficiência está relacionada à gestão integrada das instituições e a redução dos problemas internos como abandono e a repetência; a qualidade refere-se a melhoria das aprendizagens e a valorização docente; e por fim, a equidade que implica garantir oportunidades educacionais justas entre zonas urbanas e rurais entre diferentes grupos sociais. (Carta da política educativa 2019- 2023 p.8)

Com a estrutura do sistema educacional de São Tomé e Príncipe apresentada, o foco agora é a aplicação da pesquisa. O próximo capítulo detalha a metodologia, apresentando o lócus do estudo, o distrito de Água-Grande e os critérios que definiram a amostra final dos professores entrevistados.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: DISTRITO DE ÁGUA-GRANDE

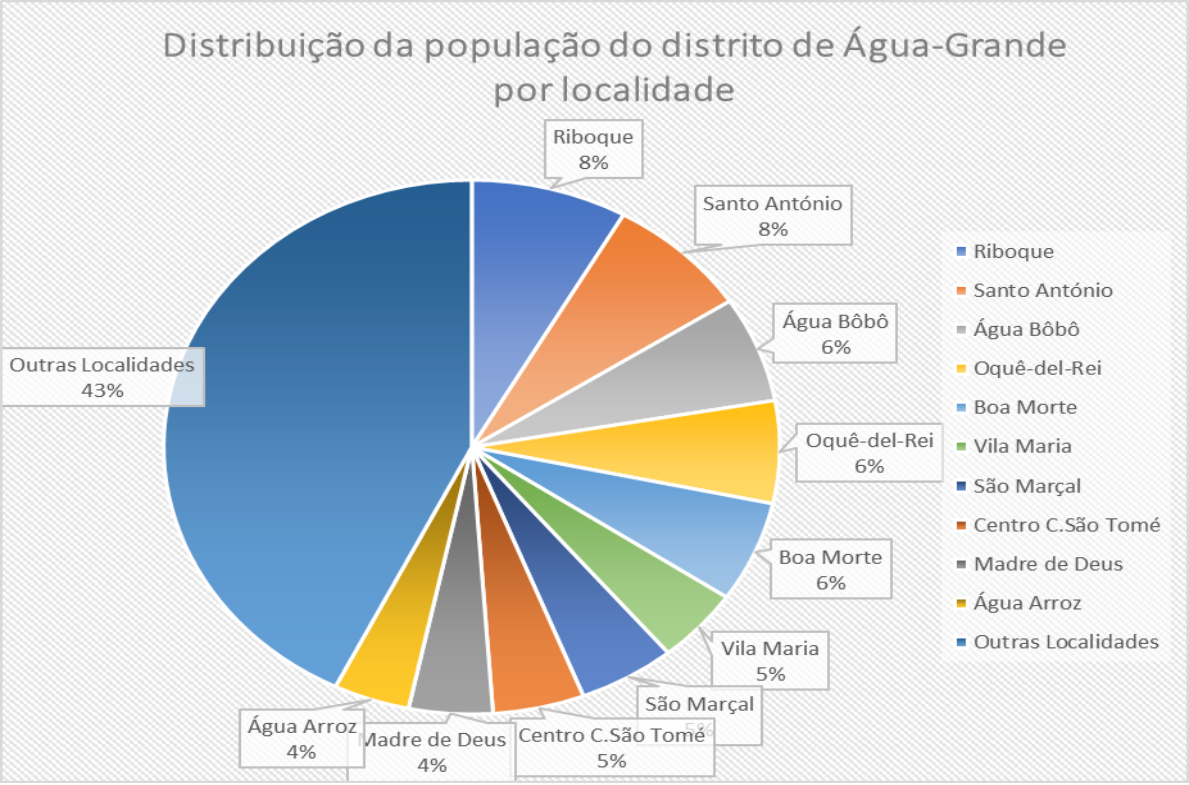
O distrito de Água Grande é o menor do país a nível da superfície (16,5%) e abriga a capital, cujo nome é São Tomé, possui uma área de 17 Km². Está situado na região centro da ilha de São Tomé, fazendo fronteira com os distritos de Lobata, Mé-Zóchi e Cantagalo. (Ministério da saúde, 2021)

Apesar do tamanho reduzido, o distrito concentra uma parte significativa da população do país, o que lhe confere relevância administrativa, social e econômica. Para uma compreensão mais clara da organização territorial e educacional do distrito, e a fim de contextualizar a amostra em estudo, os dados a seguir ilustram o contexto de Água-Grande.

Evidenciaremos tanto a distribuição populacional quanto à estrutura do sistema de ensino local.

A primeira representação detalha as localidades que compõem o distrito (55) e a respectiva percentagem populacional em cada uma com base em informações do Instituto Nacional de estatística (INE,2015)

GRÁFICO 1: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE ÁGUA-GRANDE POR LOCALIDADE



Fonte: Instituto nacional de estatística 2015(elaboração própria)

A pesquisa foi delimitada ao distrito de Água Grande, capital de São Tomé, devido a critérios estratégicos de relevância e acesso. Embora seja o distrito com menor extensão territorial do país, Água Grande é reconhecido por concentrar a maior densidade populacional e, consequentemente, é o segundo distrito com maior número de escolas públicas de São Tomé e Príncipe, segundo os dados estatísticos (2021). Essa característica confere a ele o status de principal centro urbano e um polo significativo para análise das dinâmicas educacionais e do perfil docente no contexto são-tomense.

Em complemento às informações previamente apresentadas, os quadros abaixo reúnem os principais dados referentes à estrutura educacional do distrito de Água-Grande e a

caraterização das escolas pesquisadas, permitindo uma visualização resumida do contexto educacional local.

QUADRO 3: CARATERIZAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO DE ÁGUA-GRANDE

Descrição	Quantidade
Crianças e adolescentes no distrito (0-17 anos)	39.053
Crianças e adolescentes matriculadas	33.021
Escolas do pré-escolar	30 (13 pub. 17 priv.)
Escolas do ensino básico	20 (16 pub. 4 priv.)
Escolas do ensino secundário	6 (5 pública 1 priv.)
Escolas técnico-profissional	3 (1 pública 2 priv.)
Instituições de ensino superior	4 (1 pública 3 priv.)

Fonte: Ministério da Educação, Boletim Estatístico 2020/2021; INE Recenseamento Geral 2024(elaboração própria,2025)

A etapa inicial do levantamento de campo buscou identificar professores em escolas que estivessem dispostos e disponíveis a participar das entrevistas, respeitando os princípios éticos da pesquisa. O foco no distrito de Água-Grande resultou na identificação inicial de sete escolas potenciais para a coleta de dados. Apesar do levantamento inicial, a composição da amostra final foi determinada por fatores práticos e logísticos inerentes ao trabalho de campo. Devido a contratempos de agenda e a indisponibilidade final de alguns participantes no período de coleta, houve uma redução na amostra.

[5]QUADRO 4: CARATERIZAÇÃO DAS ESCOLAS PESQUISADAS

Nome da escola	Distrito	Localidade	Ensino (classes abrangidas)
Dona Maria de Jesus	Água-Grande	Cidade São Tomé	E. Básico (1º a 6º)
E. Básica de Riboque	Água-Grande	Riboque	E. Básico (1º a 6º)
E. S. de São Marçal	Água-Grande	São Marçal	E. Secundário (10º a 12º
E. Patrice Lumumba	Água-Grande	Cidade São Tomé	E. Básico (5º a 9º)

Fonte: Escolas analisadas nas entrevistas realizadas com docentes do distrito de Água Grande, 2025 (elaboração própria)

Desse modo, a pesquisa se concretiza com a participação de seis professores, distribuídos em quatro escolas distintas do distrito de Água Grande: escola Patrice Lumumba; Riboque, São Marçal e Dona Maria de Jesus. É importante notar que a presença de mais de um professor na mesma escola (o que perfaz um total de seis entrevistados), enriquece a

[5] Pra essa amostra, seria relevante apresentar a quantidade dos alunos por escola, mas não foi possível. Os professores entrevistados não tinham acesso a esses dados e os documentos oficiais não fornecem informações desagregadas por escola

amostra ao permitir a observação de diferentes percepções dentro de um mesmo ambiente institucional.

Passaremos agora para a secção primordial da nossa pesquisa, que visa discutir as principais dificuldades que afetam o processo de ensino e de aprendizagem dos alunos nas escolas, e como as escolas lidam com esses desafios.

3.2 FUNDAMENTOS PARA PENSAR A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM SÃO TOMÉ

Timbane e Chiulele (2025), apresentam uma reflexão muito importante ao dizer que a educação, deveria ser tratada como prioridade máxima por qualquer nação que realmente está interessada no desenvolvimento do seu povo. No entanto, é frequente observar que certos líderes políticos parecem não desejar a instrução dos seus cidadãos temendo que uma sociedade educada e alfabetizada adquira a capacidade de buscar soluções e se libertar de formas contemporâneas de opressão e dependência.

Os autores acrescentam ainda que apesar das nações africanas terem conquistado a independência a cerca de cinquenta anos, ainda permanecem em um estado de dependência desprovidas de autonomia para tomar decisões soberanas e fazer suas próprias escolhas. A miséria continua sendo uma realidade severa e sem perspectivas de fim imediato, as dívidas externas só crescem, os recursos naturais continuam a ser explorados e a situação da saúde, educação e qualidade de vida da população africana permanece degradada.

Pensar a educação em São Tomé e Príncipe requer compreendê-la para além de um simples processo de ensino e aprendizagem. Em uma sociedade capitalista e globalizada, a educação é também um campo de disputa ideológica, um espaço onde se enfrentam projetos distintos de sociedade: de um lado, o que busca formar sujeitos críticos e emancipados; de outro, o que visa apenas reproduzir os valores e as lógicas do capital.

A política de educação em São Tomé está, portanto, inserida nessa disputa. Um dos problemas centrais é que o sistema de ensino São-Tomense tende a imitar modelos de ensino externos que não condizem com a sua realidade.

Essa visão de um projeto pedagógico que deveria ser autônomo, é manifesta na fala de um dos entrevistados, que pontua que o sistema deveria se basear num modelo adotado à realidade do país:

> “eu particularmente penso diferente quando o assunto é método, eu acho que o método que se desenvolve para ensinar os alunos em São Tomé não deveria seguir o modelo europeu, ou o modelo brasileiro, nem

> o modelo de nenhum outro país, mais um modelo com base em São Tomé, depois para ensinar" (Professor Tchiloli)

Essa crítica se torna concreta ao se observar a influência de organismos externos como a Unicef, nas políticas do Ministério da Educação. O apoio financeiro dessas organizações é visto como um fator que lhes confere o poder de implementar métodos e programas. O mesmo entrevistado relata diretamente o caso do projeto Escola +, evidenciando que a decisão de a adotar foi motivada pela verba e não por uma avaliação pedagógica:

> "um dos exemplos é o Projeto escolar +, antes de ser introduzido muitos países da África por exemplo rejeitaram, mas nós recebemos porquê, porque houve também dinheiro envolvido. Embora esse projeto tenha acabado, mas o modelo ainda continua em vigor. Eu acho que isso também trouxe desequilíbrio na educação". (Professor Tchiloli)

Tal relato demonstra como a política educacional se submete à lógica do financiamento externo, o que compromete a soberania pedagógica e enfraquece a capacidade do país de desenvolver um projeto educativo autônomo. Faça a isso verifica-se a crítica de Timbane e Chiulele sobre a permanência da dependência.

Saviani (2011, p. 7) ajuda a entender a importância da educação ao afirmar que "o homem não se faz homem naturalmente; ele não nasce sabendo ser homem [...] é preciso aprender, o que implica o trabalho educativo". Assim, a educação se torna um processo essencialmente humano e histórico, que permite ao sujeito aprender a pensar, agir e transformar o mundo em que vive. Júnior (2023, p. 129) reforça essa ideia ao considerar que a educação e a experiência escolar são decisivas para o desenvolvimento humano, pois possibilitam a vida em sociedade e a aquisição de conhecimentos fundamentais para a sobrevivência e a convivência coletiva.

Entretanto, a forma como a educação é organizada e o tipo de saber que ela prioriza estão profundamente relacionados às estruturas econômicas e políticas de cada época. Milan et al. (2024) discutem essa relação ao mostrar como, em muitos sistemas educacionais, às exigências do capitalismo conduzem à valorização da eficiência e da produtividade, relegando a segundo plano valores como equidade e inclusão. Para esses autores, a educação não deve ser reduzida a um instrumento de ascensão econômica, mas deve ser compreendida como um direito humano e social, acessível a todos e pode ser construída de modo a questionar a ordem vigente, ao invés de reforçá-la. Sibilia (2012, apud Milan et al., 2024, p. 50) alerta, porém, que as instituições educacionais muitas vezes mantêm estruturas que "favorecem determinados grupos sociais em detrimento de outros, perpetuando as desigualdades que

deveriam combater". É nesse paradoxo que se insere a necessidade de repensar as políticas educacionais, tornando-as, de fato, instrumentos de inclusão e transformação.

O Serviço Social também compreende a educação como parte integrante da vida social e como espaço de reprodução e possível ruptura das relações capitalistas. Segundo o CFESS-CRESS (2012, p. 16), "a educação é um complexo constitutivo da vida social que tem uma função importante na dinâmica da reprodução social". Ou seja, ela reflete as contradições da sociedade e, ao mesmo tempo, pode ser instrumento de resistência.

Essa compreensão é apresentada por Mészáros (2008), na qual defende que os processos educacionais estão intimamente ligados às estruturas sociais e produtivas. O autor defende que nenhuma reforma significativa na educação pode ocorrer sem uma transformação profunda do próprio quadro social. Em suas palavras, "uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social" (MÉSZÁROS, 2008, p. 25).

A concepção dos professores sobre a educação em São Tomé demonstra um conflito direto entre o ideal e a realidade, ela é vista como algo que vai além da simples transmissão do conteúdo, ou seja, é um espaço de formação humana. Contudo esse ideal de Formação completa é constantemente confrontado com a realidade: os alunos e o sistema acabam tratando a escola apenas como um meio para conseguir emprego. Esse objetivo não se cumpre, porque a falta de vagas e de oportunidades no país frustra os alunos e faz o esforço de estudar parecer inútil. Essa percepção de inutilidade é confirmada pelo Professora Floli Canidu, que relata a fala de um aluno:

> "eu já tive aluno no ano passado que me disse que ele não está preocupado mais com estudo porque ele tem o primo dele que terminou o décimo segundo, terminou o estudo, mas está desempregado. Para apanhar barro para vender então não adianta estudar porque a gente estuda bastante, mas não encontra trabalho"

Os professores reconhecem o papel da escola como um espaço de formação humana integral e intervenção social. Eles lidam diariamente com as consequências do quadro social mais amplo, especialmente com "problemas familiares" que acabam impedindo o desempenho dos alunos.

Neste sentido, a educação para eles é um ato de cuidado e resistência. A Professora Molho no Fogo descreve essa rotina de suporte que vai muito além do conteúdo didático: "ajudamos na medida do possível oferecendo materiais, alimentação, conversas e acompanhamento".

No entanto, essa concepção ampla se choca com a estrutura do sistema. O Professor Auto de Floripes aponta o conflito entre o currículo e a necessidade de atenção aos problemas sociais, lamentando que:

> "nós não temos tempo, não temos tempo. Temos um currículo a seguir, um calendário escolar a seguir, temos horários apertados, temos agendas a seguir e que muitas vezes não se tem tempo suficiente para lidar com as necessidades pessoais dos alunos".

Essa tensão demonstra que educação embora seja percebida pelos professores, como um campo de luta pela emancipação, encontra barreiras estruturais impostas pela própria política e privilegia a grade curricular em detrimento da formação humana integral.

Sob a lógica do capital, a educação tem sido utilizada como instrumento de reprodução da ordem vigente. Mészáros (2008, p. 35) explica que, especialmente nos últimos 150 anos, a escola tem servido não apenas para fornecer a força de trabalho necessária à economia, mas também para legitimar valores e ideologias dominantes. Assim, "limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez [...] o objetivo de uma transformação social qualitativa" (MÉSZÁROS, 2008, p. 27).

Para o autor, a educação não deve preparar o indivíduo para o mercado, mas para a vida. Ela é criação, não negócio. Por isso, Mészáros (2008, p. 12) defende uma educação continuada e permanente, que caminhe junto à luta por uma transformação radical do modelo econômico e político hegemônico.

De modo semelhante, Orso (2010) afirma que o capital "penetra em todos os poros da vida", atingindo inclusive a educação, que não está isolada da sociedade. Muitos educadores, observa ele, limitam seu trabalho às quatro paredes da escola, esquecendo que as condições sociais, econômicas e políticas influenciam diretamente o processo educativo. Pensar uma "educação para além do capital" significa, portanto, pensar também uma "educação para além da escola", compreendendo-a como um processo amplo de formação humana, que se constrói nas relações sociais e no trabalho (ORSO, 2010, p. 229).

Nessa mesma direção, Parreira e Piana (2010) destacam que a educação é fundamental para a formação do cidadão desde o nascimento, sendo a escola um espaço legítimo para a socialização dos primeiros conceitos de convivência e solidariedade. Os autores lembram que o Projeto Político-Pedagógico (PPP) deve expressar a identidade da escola e suas estratégias de enfrentamento dos desafios educacionais, garantindo uma gestão democrática e participativa (PARREIRA; PIANA, 2010, p. 50).

Assim, a política de educação pode ser entendida como um conjunto de princípios, diretrizes e ações que orientam o sistema educacional. Como lembra o CFESS-CRESS (2013,

p. 19), essa política resulta de formas historicamente determinadas de enfrentamento das contradições da sociedade capitalista, expressando a luta entre classes e os diferentes projetos de sociedade em disputa.

Em outras palavras, a política educacional é marcada por contradições: de um lado, é usada pelo capital para garantir sua reprodução e legitimar desigualdades; de outro, é o espaço onde emergem lutas por direitos, emancipação e transformação social.

A educação em São Tomé e Príncipe no plano discursivo e normativo é apresentada como um direito fundamental e uma base essencial para o desenvolvimento da nação. A Constituição de STP no seu artigo 55º reconhece a educação como um direito essencial na formação do cidadão. A mesma Constituição determina que o Estado deve eliminar o analfabetismo, garantir o ensino básico obrigatório e gratuito, promover condições de igualdade no acesso aos demais níveis de ensino, permitindo também a existência de instituições privadas de ensino. Em consonância com a orientação constitucional a Carta da política educativa reforça que "a educação é um direito fundamental de cada cidadão, e um instrumento para formar o capital humano de acordo com as exigências dos novos tempos." (Carta da política educativa 2019-2023, p.7)

Documentos oficiais como constituição da república, carta da política educativa (2019-2023), diário da república (2019), defendem que a educação constitui um instrumento importante na promoção do bem estar, redução das desigualdades e construção da cidadania. Nesse sentido o Estado são-tomense assume em conformidade com agendas internacionais como os objetivos de desenvolvimento sustentável, o compromisso de garantir acesso permanência e qualidade no processo educativo. Porém essa concepção, ainda que sustentada em princípios universais, confronta-se com limitações históricas, econômicas e estruturais que desafiam a sua materialização de forma eficaz.

O relatório anual da Unicef (2022) reforça essa dimensão ao reconhecer os esforços do país na expansão do acesso escolar destacando avanços no índice de desenvolvimento humano e nos indicadores de alfabetização. Apesar disso, o próprio relatório evidencia que a educação continua marcada por desigualdades persistentes sobretudo entre crianças de meios urbanos e rurais bem como entre alunos da escola públicas e privadas. Esse dualismo revela uma tensão entre o discurso oficial e a realidade concreta, indicando que a universalização do direito à educação está longe de ser plenamente alcançada.

Essa distância entre o discurso e a prática emerge de forma particularmente clara nas falas dos entrevistados. Um dos professores afirma que, embora exista o projeto pedagógico,

“porém esse projeto fica com os [6]delegados das disciplinas, e você só tem acesso a esse projeto quando é por exemplo atualizado, e apresentado quando nós estamos na prática pedagógica”. (Professor Tchiloli). A Professora Molho no Fogo, declara que nem sabe se a escola possui um projeto pedagógico, sugerindo falta de transparência e de acesso ao documento. Há ainda quem reconheça que mesmo existindo, “não é seguido na prática, porque muitos professores usam planos de aulas de cinco anos atrás e não fazem planejamentos diários” (Professor Tchiloli).

Essas falas afirmam que apesar das políticas serem formuladas com base em princípios universais, enfrentam obstáculos históricos, econômicos e estruturais que dificultam sua concretização. Elas também evidenciam que parte do corpo docente não é reconhecido como participante ativo do projeto educativo, isto porque, a organização administrativa das escolas, embora definida em normas e regulamentos do Ministério da Educação, também revela desafios práticos. Os entrevistados descrevem estruturas e organizações comuns do espaço escolar de todas as escolas: diretor, subdiretores, secretário docente, delegados de disciplina, cantineiras, serventas, guardas e jardineiros, mas o foco do problema reside na falta de valorização da voz docente. As reuniões, mesmo quando convocadas, são percebidas como meramente formais e antidemocráticas, conforme o relato: “os professores lá eles têm muitas opiniões e quando eles expressam essas opiniões é como se por exemplo o diretor não levasse tipo em consideração alguma”. (Professor Tchiloli). Este comportamento entra em choque com a estrutura da gestão e a participação. Embora a legislação (Lei 4/2018) preveja a gestão democrática e participação da comunidade escolar, a prática mostra uma gestão centralizada, caracterizada pela não consideração, onde a opinião dos Professores é ignorada pela direção.

Quando se observa a política de alimentação escolar, novamente surge a discrepância entre norma e o cotidiano. O Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar (PNASE) é atualmente regido pela lei de bases do PNASE (Publicada no Diário da República 2023), que estabelece o direito universal à alimentação escolar, dentro dos ensinos por ela abrangidos que são: ensino pré-escolar e básico. Professores relatam que a oferta é direcionada principalmente aos ciclos iniciais, conforme abrangência do documento.

Um dos docentes afirma que a escola oferece refeições para “quinta e sexta classe, mas não cobre sétima e oitava” (Professor Auto de Floripes) contudo, a efetividade do programa é fragilizada pela insuficiência dos recursos e pela precariedade da infraestrutura. A

[6] No sistema educacional de STP, o delegado de disciplina é o aluno representante, eleito para atuar como mediador e auxiliar do professor, facilitando a comunicação e a gestão da turma em relação a uma disciplina específica (Coelho e Miranda, 2023)

contribuição financeira dos encarregados de educação para o programa é legalmente prevista, no entanto mesmo com pagamento de "80 dobras" por alunos, que é confirmado pela Professora Floli Canidu, há relato de que os alimentos chegam em pouca quantidade: "na matrícula os encarregados de educação pagam o valor 80 dobras pra PNASE, então eles é que vão mandar alimentos, mas a momento eles não mandam em quantidade". (Professora Floli Canidu).

A carência de condições é agravada pela infraestrutura precária, sendo frequentes as denúncias de que, a "cantina também tá com problema porque quando chove água de chuva molha fogo…quando chove as cantineiras tem dificuldade de cozinhar" (Professora Floli Canidu). Essas falas problematizam diretamente a ideia de universalidade e qualidade, revelando que a participação financeira da comunidade, não são suficientes para superar as limitações econômicas logísticas e de infraestrutura que comprometem a materialização das políticas.

As condições físicas das escolas também constituem outro elemento que fragiliza a promessa normativa de qualidade educativa. Os relatos dos profissionais são contundentes: "temos bué dificuldade em termo de estrutura mesmo, muito…quando chove, se não fica os barris por exemplo, corre o risco de água entrar na sala" (Professor Tchiloli); "a escola está em péssimas condições, isso já é comum em São Tomé, até de certa forma triste" (Professor Auto de Floripes); "as salas de aula, principalmente duas salas que quando chove, sala fica só inundada, é muita água na sala" (Professora Floli Canidu); "turma superlotadas, muitos alunos sentam três cada carteiras, carteira também é inadequada" (Professor Selu sun Zon Maia). Essas descrições confirmam que a precariedade é estrutural, e impede a concretização do direito à aprendizagem em condições dignas, contrariando normas que estabelecem padrões mínimos de infraestrutura escolar.

A contradição entre o ideal de educação emancipadora e a realidade do sistema é também reconhecida pelos próprios professores, que afirmam que: "na teoria se diz uma coisa, mas na prática zero". (Professor Calúlú)

Os entrevistados apontam ainda desafios relacionados à própria cultura escolar e as expectativas dos estudantes. Há alunos que dizem ao professor: "estou com fome", evidenciando insegurança alimentar que a cantina escolar não consegue suprir totalmente. Outros estudantes expressam descrença no valor da Educação, como já foi apresentado no texto anterior dizendo que, não adianta estudar porque "o país já tem dono". Essas falas revelam uma dimensão de que a educação não representa para muitos estudantes uma via para

a ascensão social, o que contribui para desmotivação, abandono e baixa participação familiar, fatores reconhecidos nas entrevistas como centrais para a compreensão da dinâmica escolar.

No plano conceitual a educação é frequentemente associada à promessa de mobilidade social e progresso nacional, no entanto, uma leitura crítica exige questionar de que forma essa promessa se concretiza em um contexto de fragilidade institucional, recursos limitados e forte dependência de ajuda externa. Ainda que o Estado priorize a educação enquanto direito, ela está condicionada a fatores externos e internos revelando contradições entre a política educacional enquanto ideal e sua implementação enquanto prática. Essa discrepância exige um olhar crítico sobre as bases em que a educação é construída em STP, compreendendo-a não apenas como um direito formal, mas como um campo de disputa política, social e econômica.

A realidade do sistema educacional são-tomense, revela um conjunto de desafios profundos que fragilizam a promessa da educação como instrumento de inclusão e desenvolvimento.

A precariedade das infraestruturas escolares, a insuficiência de recursos pedagógicos e a sobrecarga das salas de aula constituem obstáculos permanentes à efetivação do direito à educação. Em muitas escolas públicas do país, observa-se a existência de turmas com mais de 50 alunos, espaços sem ventilação adequada, ausência de materiais didáticos, o que compromete a qualidade do processo de ensino e aprendizagem. Essa disparidade entre a teoria (normas) e a prática (realidade vivida), evidencia que a educação em vez de atuar como instrumento de emancipação, reproduz desigualdades sociais já existentes no país.

A crônica “crítica ao sistema educacional são-tomense”, (2020) expressa de forma contundente a frustração de parte da sociedade são-tomense diante das insuficiências estruturais do sistema. O autor revela que” turmas de até 73 alunos, sem ventoinha, aulas de TIC sem computadores e outras aberrações do cotidiano” tornam um ambiente escolar um espaço de permanência, mas não necessariamente de aprendizado. Segundo a crítica, os alunos estão presentes fisicamente na escola, mas muitas vezes com fome e sem acesso aos meios básicos para acompanhar o ensino, o que expõe uma diferença significativa entre acesso e permanência com qualidade. Além disso, o texto revela a existência de práticas informais no ambiente escolar onde a obtenção de materiais escolares depende de favores pessoais. Um exemplo chocante é a dependência de padrinhos que oferecem dinheiro para folhetos e telemóveis em troca de favores sexuais. Tais ações prejudicam a integridade da educação e acentuam as desigualdades.

A educação no país enfrenta uma contradição central: se por um lado é reconhecida como um direito universal, por outro é vivenciada em condições que limitam o exercício pleno desse direito. O sistema público sobrecarregado e dependente de recursos externos torna-se incapaz de responder à crescente demanda de uma população majoritariamente jovem. Enquanto isso, o ensino privado surge como alternativa para as classes mais favorecidas criando uma divisão entre quem pode pagar por melhores condições educativas e quem permanece dependente de um sistema fragilizado.

Como aponta a crônica sobre crítica ao sistema educacional são-tomense "o nosso sistema educacional permite a existência de ensino privado. Geralmente cai no privado os mais privilegiados os filhos de quem decide o rumo da política educacional" (RSTP, 2020)

Essa realidade demonstra as contradições da educação no país. Embora os documentos oficiais e os relatórios internacionais reconheçam os avanços obtidos nas últimas décadas, sobretudo no aumento das taxas de matrícula, permanece em aberto a questão sobre a qualidade e equidade da educação oferecida. A dependência de apoios internacionais, como os promovidos por organizações multilaterais, indica que o sistema educacional do país ainda não possui autonomia suficiente para definir e implantar políticas sustentáveis de longo prazo. Neste contexto, a educação em STP não pode ser analisada apenas pelo prisma de metas e indicadores, mas a partir de uma perspectiva crítica que considere as condições concretas em que se realiza.

A concepção crítica da educação em São Tomé e Príncipe exige, portanto, uma leitura para além dos números e metas estabelecidas nos documentos oficiais. Não basta afirmar que as crianças estão matriculadas, é necessário questionar em que condições esse processo ocorre e quais aprendizagens são efetivamente construídas.

O relatório anual da Unicef (2022) reconhece que embora o país tenha registrado melhorias no acesso escolar, especialmente no ensino primário, persistem lacunas estruturais que afetam diretamente o percurso educacional das crianças e adolescentes. Entre essas lacunas destacam-se a insegurança alimentar, a pobreza familiar, a carência de materiais didáticos e a falta de profissionais qualificados, elementos que impactam negativamente na permanência e no sucesso escolar.

Além disso, a educação são-tomense continua em grande medida dependente de agendas externas, condicionadas por financiamentos internacionais e por programas temporários que não atacam a raiz dos problemas. A fragilidade econômica do Estado combinada com a ausência de políticas estruturantes de formação docente e melhoria das

infraestruturas, cria um ciclo de dependência e improviso em que cada avanço é seguido por retrocessos e estagnações prolongadas.

Ainda na crônica "crítica ao sistema educacional são-tomense" o autor afirma que "criou-se um monstro pesado demais para um Estado tão magro e de pouca arrecadação" a crítica evidencia a incapacidade do sistema público em suportar a demanda crescente sem os meios necessários para garantir qualidade. Essa metáfora revela com clareza que a situação da educação no país, permanece condicionado às desigualdades sociais e ao poder econômico das famílias. A escola pública que deveria ser o espaço privilegiado de democratização do saber, converte-se muitas vezes em lugar de reprodução das desigualdades existentes na sociedade.

Assim, apesar dos documentos oficiais afirmarem avanços, a educação em São Tomé e príncipe, permanece marcada por contradições profundas entre o direito formal e condições concretas de realização. As escolas que deveriam ser espaços de democratização do saber, tornam-se muitas vezes lugares onde se reproduzem desigualdades sociais estruturais, desigualdades que emergem na falta de recursos, na ausência de políticas sustentáveis, na precariedade da infraestrutura e na falta de condições do trabalho docente.

Diante desse cenário, falar da educação em STP implica reconhecer que o problema não está apenas na escassez de recursos materiais, mas na ausência de um projeto educacional emancipador e comprometido com a transformação social. A concepção de educação restrita à transmissão de conteúdos e ao cumprimento burocrático do calendário escolar distancia-se de uma perspectiva crítica que compreende a escola como espaço de formação humano e construção de cidadania. Enquanto persistirem práticas educativas desconectadas da realidade dos estudantes e dos seus contextos de vida, a educação continuará a ser um instrumento de exclusão e não de emancipação.

É neste ponto que se torna evidente a necessidade de repensar a educação em STP para além das reformas pontuais ou das respostas emergenciais. Um sistema educacional que deseja ser justo e transformador deve enfrentar as condições concretas que atravessam a vida escolar: a fome que atravessa as carteiras, o silêncio das crianças que não aprendem, o cansaço dos professores que ensinam sem recursos.

É preciso reconhecer que a escola não está isolada, mas inserida num contexto social marcado por pobreza, desigualdade, desemprego e fragilidade institucional. Sem essa compreensão crítica qualquer reforma permanecerá superficial limitada à aparência sem alcançar a essência dos problemas educacionais.

3.3- EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NAS ESCOLAS

Nos últimos anos, as taxas de escolarização nos diferentes níveis de ensino em São Tomé e Príncipe tendem a aumentar, uma vez que foi expandido o acesso à educação. Mas esse progresso, ainda traz consigo enormes desafios para o país na área educacional. Dados do boletim estatístico do MEES (Ministério de educação e ensino superior) 2021, mostram o número de alunos matriculados nos níveis de ensino básico e secundário.

No ensino básico 1º ciclo (1ª a 6ªclasse) foram matriculadas 17457 crianças do sexo feminino, 18945 do sexo masculino, correspondendo a um total de 36402. No ensino secundário1º ciclo (7ª a 9ª classe) 9393 crianças do sexo feminino e 9068 do sexo masculino. Já no 2º ciclo (9ª a 12ª) 5629, sexo feminino, 4794, sexo masculino, totalizando 28884 estudantes.

Apesar dos resultados em relação ao acesso, à realidade educacional são-tomense ainda é caracterizada por profundos obstáculos. Obstáculos estes, que não estão ligados somente a pobreza, mas também a deficiência da gestão do sistema educativo são-tomense, a persistência da baixa qualidade de ensino onde os grupos vulneráveis são os mais prejudicados, particularmente aqueles que residem nas zonas rurais.

[7]A questão social é percebida pelos docentes como um problema de origem familiar, havendo uma forte tendência de culpabilizar a família pela inadaptabilidade, insucesso do aluno, sem considerar as causas estruturais mais abrangentes. Contudo, a análise aprofundada das entrevistas demonstra que essas expressões de desigualdade que impactam no espaço escolar é uma consequência estrutural e não uma falha individual. Os docentes reconhecem que a "emigração desenfreada dos pais" é o fator de desorganização mais potente. O Professor Auto de Floripes afirma que as famílias estão "totalmente desestruturadas" e que a "emigração faz com que muitos alunos estão vivendo sozinhos, ou com avós que não tem condições para sustentar, não tem saúde para dar a devida atenção".

Na escola de Riboque a Professora Floli Canidu reitera: "muitos pais estão a viajar a deixar criança com avó e a avó não tá a ter essa atenção muito com as crianças". Essa análise crítica revela que ausência de suporte, não é um mero desinteresse parental, mas sim a

[7] Embora no Brasil o debate racial seja muito emergente na discussão da questão social, em STP essa discussão é mais concentrada nos debates étnicos. No entanto, esse assunto não foi alvo de análise deste TCC, pois nenhum dos professores entrevistados o mencionou como algo que impacta no processo de aprendizagem na escola.

manifestação da incapacidade do Estado em fornecer oportunidades econômicas que garantam o direito à convivência familiar e o apoio pedagógico.

A repetência escolar é uma prática comum e frequente em todos os níveis de ensino, e o abandono resulta da soma de fatores socioeconômicos e logísticos. Os altos custos com a educação, desde propinas até materiais escolares são uma barreira permanente. É mais fácil matricular os alunos na escola do que manter eles estudando até 9° classe (Relatório STP, 2015)

O diagnóstico realizado pelo banco mundial (2021), mostra que 18,4% das famílias pobres tiveram que retirar seus filhos da escola devido a incapacidade de arcar com os custos relacionados à educação.

O Professor Auto de Floripes reportou que a pobreza faz com que os alunos não tenham materiais didáticos. Há alunos que não têm livros, não tem réguas, não têm nada. A vulnerabilidade social nas escolas atinge seu auge, muitas vezes ligados à violência ou a exploração que resulta em exclusão. A união precoce é um dos principais fatores do abandono escolar feminino. A Professora Floli Canidu relata o caso de uma aluna de 14 anos que abandonou a escola "porque foi a casa de homem" cuja mãe pressionava, dizendo que ela já era "mulher grande e precisava ir para casa de homem" apesar de ela ter "o desejo de estudar"

Em um caso mais grave, o Professor Tchiloli confidenciou a situação de uma aluna que estava repetindo a 8° classe a 3 anos, porque o "padrasto violava ela, e ameaçava ela de morte" o que havia "bloqueado ela intelectualmente" Tais casos ilustram a falha na proteção da criança e do adolescente contra exploração e violência, conforme exige a convenção sobre os direitos da criança.

O trabalho infantil, também é um outro fator de abandono entre os rapazes que "têm que trabalhar desde cedo para ajudar os pais com as despesas". Este fenômeno não é apenas por necessidade, mas por desilusão com a educação. A Professora Floli Canidu relata que um aluno abandonou a escola para "entrar na oficina porque começou com o costume de querer ter dinheiro a pressa" e não havia proveito no estudo.

A desmotivação é sistêmica: "eu já tive aluno no ano passado que me disse que ele não está preocupado mais com estudo porque ele tem o primo dele que terminou 12°, terminou o estudo, mas está desempregado. Está apanhar barro para vender, então não adianta estudar, porque a gente estuda e não vê trabalho" (Professora Floli Canidu) O abandono pelo trabalho fere a legislação de São Tomé e Príncipe (lei número 6/92, Art.128°) e a convenção número 138° da OIT, que proíbe o emprego de menores de 14 anos, demonstrando que a falta de perspectivas de emprego digno compromete a eficácia das leis de proteção.

A violência é uma manifestação de determinantes sociais. Os entrevistados apresentam a violência como um fenômeno que tem se intensificado muito nas escolas. O Professor Tchiloli relata essa violência: “alunos contra alunos, alunos contra professores e a interferência de vândalos que vêm da comunidade”. O mesmo reportou casos graves de alunos que levam “faca, arma branca” para escola. Houve um caso de um aluno na escola Patrice Lumumba que agrediu o professor “deu ele com pedrada na cabeça e o mesmo foi parar no hospital” (Professor Tchiloli) Em um dos casos, a Professora Floli Canidu relata que na escola de Riboque, um pai, “veio, deu professora chapada aqui na escola, na sala de aula trabalhar”. A professora, penalizada pelo sistema que deu razão à aluna, preferiu viajar. “Hoje ela tá fora, tá vivendo em Portugal”, por causa da vergonha e humilhação por parte da sociedade. (Professora Floli Canidu) Este cenário é agravado pela precariedade institucional: “salas superlotadas com mais de 53 alunos, sentado três até quatro em carteiras”. (Professor Tchiloli1) Infraestruturas degradadas, como banheiros em más condições e salas que ficam só inundadas quando chove e falta de materiais didáticos para o professor.

Esta sobrecarga física e psicológica resulta num profundo desgaste docente. Os professores criticam o sistema que favorece o aluno e não ao professor, e a desvalorização do seu trabalho onde o salário em si não é equivalente a dedicação. (Professor Auto de Floripes) Tais fatores limitam a capacidade do professor, de ser a peça imprescindível para aprendizagem, já que o seu potencial é esgotado pelas condições precárias. Essa percepção de que o sistema coloca docentes e estudantes em oposição, favorecendo um em detrimento do outro, deve ser analisada como uma manifestação do sistema capitalista na esfera educacional. Esse modelo, ao financiar a escola e intensificando o trabalho, transforma a crise estrutural em uma disputa interna. Dessa forma fomenta-se a divisão da classe trabalhadora, que inclui tanto o professor que luta por melhores condições, quanto o aluno que luta por um aprendizado de qualidade, impedindo que ambos desenvolvam a consciência de que o verdadeiro culpado é o sistema que promove intencionalmente a escassez de recursos a violência simbólica e a fragilidade das relações.

As escolas tentam responder a essas demandas, mas as medidas são apenas atenuantes. Os entrevistados citam a isenção de propinas, oferta de alimentação escolar, equipe informal de professores de intervenção para casos de violência, são tentativas de mitigação. No entanto, as limitações são evidentes. O Professor Auto de Floripes diz o seguinte:

> “à escola não tem tempo devido aos horários apertados e o currículo a seguir para lidar com as necessidades pessoais dos alunos. Os problemas são encaminhados à direção que também não tem disponibilidade para resolver essas

> situações todas, concluindo-se que não se resolve problema nenhum, o que se faz é apenas tentar remediar"

Tais limitações demonstram que a questão social requer uma intervenção maior e não apenas uma resposta de emergência por parte das instituições de ensino.

A análise compreendida, demonstrou que o ambiente escolar no distrito de Água Grande atua como um lócus de reprodução das contradições inerentes ao modo de produção capitalista e do legado colonial, onde a Questão Social se manifesta em expressões agudas que fragilizam o direito à educação em STP.

A verificação da Política Educacional e das entrevistas com os professores, permitiu sintetizar que a realidade educativa são-tomense, é marcada por uma precariedade estrutural e institucional evidente, com salas de aulas superlotadas, falta de ventilação, problemas sanitários e escassez de mobiliário, que impede a materialização da promessa normativa de qualidade.

Essa precariedade é agravada pela violência e pela vulnerabilidade social, que os estudantes carregam para a escola como, a insegurança alimentar, a fome, a violência doméstica, abuso e trabalho infantil. Ao mesmo tempo, a desmotivação e o abandono, impulsionados pela falta de perspectivas no mercado de trabalho que deslegitima o esforço escolar.

Tais fatores revelam a disparidade entre o que a legislação estabelece em teoria (a educação como ferramenta de transformação) e o que se consolida na prática (a reprodução das desigualdades sociais) reforçando a dificuldade do sistema em responder de forma autônoma e contextualizada as suas próprias demandas estruturais, muitas vezes influenciada por modelos pedagógicos externos que ignoram a complexidade local.

Contudo, a intervenção e a percepção dessas problemáticas por parte dos professores revelam uma lacuna crucial na análise de totalidade. As falas dos docentes frequentemente indicam uma tendência a micro focalizar as demandas e o insucesso escolar, atribuindo a responsabilidade principal a "falta de interesse do aluno", ou a figura da "família disfuncional." Ao centrar a causa em fatores individuais como, "famílias desorganizadas", "falta de atenção dos pais", as respostas da escola se limitam a medidas atenuantes como a convocação dos encarregados de educação, ou aplicação de punições, o que acaba por punir a família e o próprio estudante transferindo o foco da crítica e consequentemente isentando o Estado e o capitalismo de sua responsabilidade estrutural na geração dessas vulnerabilidades.

Essa ausência da visão de totalidade, impede que os professores reconheçam a fome, a violência, ou a desmotivação como expressões da questão social, que por sua natureza exigem

uma resposta macro estrutural a ser provida por políticas públicas robustas e profissionais de suporte especializado.

Contudo esse desvio analítico para o professor é alto, ao atribuir a demanda ao espaço micro, o docente desprovido de formação e ferramentas adequadas para o complexo social, acaba por internalizar a responsabilidade por problemas que são de ordem estrutural. Isso gera uma intensa sobrecarga profissional, um profundo sentimento de culpa e esgotamento, pois o professor se vê forçado a lutar em um plano individual e pedagógico contra barreiras socioeconômicas gigantescas transformando o espaço de ensino, em um campo de batalha desigual e esvaziando potencial transformador da prática educativa.

CONCLUSÃO

A relação entre o processo de colonização e o capitalismo resultou na construção de sociedades muito frágeis e dependentes. O processo de colonização formal portuguesa teve seu início a vários séculos atrás, mas o legado deixado por ele trouxe o desafio de construir um Estado-Nação forte para atender as demandas sociais atuais. Mesmo que o processo de colonização formal tenha terminado, o capitalismo como esse sistema que produz e reproduz as desigualdades sociais, continua agravando a vulnerabilidade social e a vida dos sujeitos a ele (classe trabalhadora).

São Tomé e príncipe, é um país cuja história foi profundamente moldada por um processo de colonização formal portuguesa, que teve o seu fim com a conquista da independência em 1975, mas esse processo não foi um evento histórico isolado e perpetua nas estruturas econômicas, sociais, culturais e políticas do país, refletindo em situações de vulnerabilidade dentre elas a desigualdade, pobreza, violência, desemprego, emigração desenfreada e sobretudo na fragilidade da estrutura do Estado que não consegue atender as necessidades da população, através da implementação de políticas sociais mais robustas. A questão social como conjunto de expressões e desigualdades geradas pelo sistema capitalista, assume as suas particularidades e especificidades no contexto social são-tomense. A escola como sendo o espaço privilegiado desta pesquisa, é o local onde essas expressões da questão social se agudizam, pois, essas desigualdades sociais tendem a refletir no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, resultando em situações como repetência e evasão escolar. No entanto, a análise das expressões da questão social nas escolas públicas do distrito de Água Grande em São Tomé, são reflexos de uma política educacional ineficiente, resultando na não valorização da educação como ferramenta essencial para emancipação e transformação social. Uma política baseada em modelos importados de organismos multilaterais que ignoram as particularidades e as necessidades do país, manifestando-se numa forma de colonização moderna, onde o Estado se vê totalmente dependente, negando a independência total e completa que se diz ter alcançado.

Face a isso, esse estudo revela-se muito importante para fortalecer a política educacional são-tomense, oferecendo análises e reflexões dessa política que é marcada por diversas contradições entre o discurso normativo e a prática. Para a garantia do direito à educação e o acesso ao ensino de qualidade, é necessário haver políticas que realmente atendam as demandas dos estudantes. Nesse estudo a identificação das expressões da questão social a partir dos sujeitos que a vivenciam, também é crucial para se ter um cenário real a partir da realidade desses sujeitos. Essa análise teórica e empírica, nos permite entender qual

é realmente o rumo que a educação no país está tomando, se está progredindo ou retrocedendo, e se realmente a educação em STP está contribuindo para a transformação social e na formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento do país.

Em suma, essa pesquisa é um primeiro passo para pensar as possibilidades de atuação do assistente social em STP no espaço escolar, visto que o serviço social é a profissão que faz uma análise crítica da questão social e é mais preparada para atuar nessas expressões. Portanto, torna-se urgente pensar a inserção dos Assistentes Sociais no espaço escolar em STP, pois é nas escolas onde essas expressões mais se intensificam. O assistente social poderá mediar e intervir nessas demandas sociais, fazendo articulação entre escola, família e comunidade, lutando pela garantia e defesa intransigente dos direitos, igualdade e justiça, tornando a escola um local mais justo e acolhedor.

REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARÃO, Cristian. **Colonialismo e identidade**. Recife, PE: Secretaria de Educação e Esportes, 2024.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2016.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Aníbal Fernandes. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 2010.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação. Brasília: CFESS, 2012.

COELHO, António Joaquim Fernandes Ruas; MIRANDA, Branca Margarida Alberto. **Uma viagem pelas funções do delegado de disciplina**: um estudo realizado no ensino secundário de São Tomé e Príncipe. Revista Exitus, Santarém, PA, v. 13, p. 01-25, 2023.

CORREIA, Yourssany. Políticas de formação de professores da educação básica em São Tomé e Príncipe: tendências em curso. Curitiba, PR, 2024.

COSTA JÚNIOR, João Fernando. A importância da educação como ferramenta para enfrentar os desafios da sociedade da informação e do conhecimento. Revista Convergências: estudos em Humanidades Digitais, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 127-144, jan./abr. 2023.

Crónica: **crítica ao sistema educacional santomense** – episódio 1. Disponível em: https://rstp.st/2020/02/21/cronica-critica-ao-sistema-educacional-santomense-episodio-1/. Acesso em: 23 de nov.2025.

DOMINGOS, Luís. **Entre estigmas e traumas de violência de colonização e escravidão**: afirmação de identidade afrodescendente. Identidade! São Leopoldo, v. 22, p. 190-208, jul./dez. 2017.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Prefácio de Jean-Paul Sartre. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FONSECA, Danilo. **Colonialismo**, independência e revolução em Frantz Fanon. Revista África e Africanidades, ano 7, n. 19, abr. 2015.

GUERRA, Yolanda et al. **O debate contemporâneo da "questão social**". In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2007. Questão social e desenvolvimento no século XXI. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2007.

HERNANDEZ, Leila. **África na sala de aula**: visita à história contemporânea. 4. ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.

IALÁ, Manuel. A penetração dos colonos e as suas missões em África. Revista África e Africanidades, ano XIX, n. 33, fev. 2020.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional.** São Paulo: Cortez,2001.

INE, (São Tomé e Príncipe). IV Recenseamento Geral da População e da Habitação 2012: resultados gerais sobre localidades. São Tomé: INE, 2015.

INE, (São Tomé e Príncipe). Relatório dos resultados do V Recenseamento Geral da População e Habitação 2024. São Tomé: INE, 2025.

INE; UNICEF. Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS-6) 2019: relatório final. São Tomé: INE; UNICEF, 2020.

INE (STP); DIREÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL. 1º Boletim estatístico sobre proteção social de São Tomé e Príncipe. São Tomé, 2023.

LOBO, Mariana; AMORIM NETO, Octávio (org.). O semipresidencialismo nos países da língua portuguesa. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

MATA, Inocência. **A trajetória de São Tomé e Príncipe**: entre a herança colonial, os (in)cumprimentos pós-coloniais e os desafios do futuro. In: POMAR, Valter (org.). PALOP: cinco décadas de independência e percurso dos países africanos de língua oficial portuguesa. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2025. p. 122-148.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MILAN, Davi et al. **A função social da educação**: desafios e perspectivas na sociedade contemporânea. In: Educação em foco: propostas metodológicas para a sala de aula. MultiAtual, 2024. p. 44-61.

NASCIMENTO, Augusto. A deriva da democracia e as trajetórias dos partidos em São Tomé e Príncipe. Porto: CEAUP, 2023.

NASCIMENTO, Augusto. **Escravatura, trabalho forçado e contrato em S. Tomé e Príncipe nos séculos XIX-XX**: sujeição e ética laboral. Africana Studia, n. 7, 2004.

NASCIMENTO, Augusto. **São Tomé e Príncipe na idade adulta**: a governação e o descaso da rua. Revista Tempo do Mundo, v. 2, n. 3, p. 45-63, dez. 2010.

NOTÍCIA: Segundo organização juvenil são-tomense, 80% dos jovens querem emigrar. Disponível em: https://share.google/EaiP9B9SwIfh0V0fl. Acesso em: 23 de nov.2025.

NOTÍCIA: 18% da população emigrou nos últimos anos. Disponível em: https://share.google/Kov4nSubaC0YbnIcV. Acesso em: 23 de nov.2025.

OLIVEIRA, Dagmar Braga. Considerações sobre o conceito de educação e a formação do sujeito crítico na contemporaneidade. In: Colóquio internacional educação e contemporaneidade, 2016. São Cristóvão: UFS, 2016.

OIT; CPLP. Estudo sobre aplicação das convenções nº 138 e nº 182 da OIT na legislação dos países da CPLP: São Tomé e Príncipe. Lisboa, 2013.

ONU News. São Tomé e Príncipe afirma que desenvolvimento não é escolha e sim necessidade. Disponível em: https://share.google/DHngoGLD1y0YTzpl9. Acesso em: 23 de nov.2025.

ORSO, Paulino; GONÇALVES, Sebastião; MATTOS, Valci (org.). Educação, Estado e contradições sociais. São Paulo, 2011.

PARREIRA, Lúcia; PIANA, Maria. Família e escola: **reflexões para uma prática transformadora**. In: JÚNIOR, Araré; PIANA, Maria; LIMA, Maria (org.). Trabalho, educação e formação profissional. Bauru, SP, 2014.

PASTORINI, Alejandra. A categoria "questão social" em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PASTORINI, Alejandra. **Quem mexe os fios das políticas sociais?** Avanços e limites da categoria "concessão-conquista". Serviço Social & Sociedade, São Paulo, mar. 1997.

RTP. Disponível em: https://www.rtp.pt/programa/tv/p46658/e20. Acesso em: 23 de nov.2025.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da "questão social" no Brasil. Serviço Social & Sociedade, n. 111, p. 430-449, jul./set. 2012.

STP-Press. Violência doméstica aumenta em STP. Disponível em: https://www.stp-press.st/2024/11/29/violencia-domestica-aumenta-em-sao-tome-e-principe/. Acesso em: 23 de nov.2025.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Decreto-Lei nº 1/2019, de 26 de dezembro de 2018. S. Tomé: Governo, 2019.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério da Educação. Carta de Política Educativa 2019-2023. São Tomé: Ministério da Educação, 2019.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Ministério da Educação e Ensino Superior. Boletim Estatístico 2020/2021. São Tomé, 2021.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Assembleia Nacional. Lei nº 4/2018. Lei de Bases do Sistema Educativo. Diário da República, n. 14, fev. 2019.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Assembleia Nacional. Lei nº 15/2021, de 10 de agosto. Primeira alteração ao Código Penal. Diário da República, n. 61, p. 1003, 2021.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Programa de Educação Parental (PEP+). Material informativo. Governo de STP, s.d.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Lei nº 01/2023. Lei de Bases do PNASE. Diário da República, n. 17, abr. 2023.

SEIBERT, Gerhard. **Os angolares da ilha de São Tomé**: náufragos, autóctones ou quilombolas? Realis, v. 2, n. 2, dez. 2012.

SEIBERT, Gerhard. **Colonialismo em São Tomé e Príncipe**: hierarquização, classificação e segregação da vida social. Universidade de Brasília, v. 40, n. 2, p. 99-120, 2015.

SEIBERT, Gerhard. **Instabilidade política e revisão constitucional**: semipresidencialismo em STP. In: LOBO, Mariana; AMORIM NETO, Octávio (org.). O semipresidencialismo nos países da língua portuguesa. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

SEIXAS, Margarida. O trabalho escravo e o trabalho forçado na colonização portuguesa oitocentista. Revista Portuguesa de História, v. 46, p. 217-236, 2015.

SOARES, Filipe. **Sobre o conceito de colonialismo**: rumo a uma definição. História: questões & debates, Curitiba, v. 72, n. 2, jul./dez. 2024.

TÉLA NON. Gravidez na adolescência aumenta em STP. Disponível em: https://www.telanon.info/sociedade/2025/07/11/49326/gravidez-na-adolescencia-aumenta-de-forma-assustadora-em-stp/. Acesso em: 23 de nov.2025.

TIMBANE, Alexandre António; CHIULELE, Eugénio Eurico. Repensando a educação no século XXI. Njinga & Sepé, São Francisco do Conde, v. 5, n. 2, p. 3-9, jul./dez. 2025.

TRINDADE, Walton. **Reflexões sobre os 50 anos de Independência de São Tomé e Príncipe**. In: POMAR, Valter (org.). PALOP: cinco décadas de independência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2025. p. 149-151.

UNICEF. Relatório anual: São Tomé e Príncipe. São Tomé, 2022.

UNICEF. Fichas técnicas de educação – 2021 (MICS-EAGLE). São Tomé, 2021.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. **Em torno do conceito de política social**. Rio de Janeiro, dez. 2002.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Estado e políticas sociais**. Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v. 18, 2008.

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

Primeiramente, agradeço por aceitar participar desta entrevista. Sua colaboração é fundamental para o desenvolvimento do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), e suas respostas contribuirão significativamente para compreender melhor a realidade educacional de São Tomé e Príncipe, particularmente no distrito de Água Grande.

1.Organização da escola
1.1. Como a administração da escola está estruturada e quem participa das principais decisões?
1.2. A escola dispõe de um projeto pedagógico?

2.Projeto pedagógico e práticas educativas
2.1. O projeto pedagógico (documento que define objetivos, valores e métodos de ensino) é seguido na prática?
2.2. Há diferentes opiniões sobre como a educação deve ser trabalhada?
2.3. Além do ensino formal, que outras atividades pedagógicas ou extracurriculares a escola realiza?

3. Estrutura e condições da escola
3.1. Como descreves as condições físicas da escola (salas de aula, mobiliário, biblioteca, espaços de lazer, sanitários, acessibilidade, etc.)?
3.2. Quais disciplinas ou áreas de conhecimento são ensinadas na escola?
3.3. A escola conta com outros profissionais além dos professores? Se sim, quais são suas funções e formações.

4. Apoios e serviços oferecidos
4.1. Quais serviços ou benefícios a escola oferece, além das aulas?

5. Situações de vulnerabilidade e violência
5.1. Em situações de identificação de violência contra alunos, qual é o protocolo ou procedimento adotado pela escola?
5.2. Algum aluno já lhe confidenciou situações de pobreza, violência doméstica ou outros problemas que estivessem dificultando sua aprendizagem?
5.3. Quais são, na sua percepção, as situações de maior vulnerabilidade enfrentadas pelos alunos da escola?

6. Dificuldades e respostas da escola

6.1. Quais são as maiores dificuldades que os alunos enfrentam para aprender e permanecer na escola?
6.2. Como essas dificuldades aparecem no cotidiano escolar?
6.3. Que medidas a escola tem tomado para apoiar os alunos e enfrentar esses desafios?